

Senado quer liberar pauta para votar MP contra crise

Medida provisória autoriza o Banco Central a adquirir carteiras de crédito de instituições com dificuldades de liquidez, mas há outras cinco MPs com prioridade de votação. Fundo Soberano também será discutido

páginas 2, 3 e 4



Aposentados fazem fila em frente a agência bancária: projeto em exame na CAS garante aos beneficiários do INSS o valor equivalente ao da data em que foram concedidos

CAS decide se reajusta aposentadoria

páginas 8 e 9

e mais...

AGENDA

página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 15

cidadania

Reeducação da postura ajuda a eliminar dores

Dores e deformidades ligadas a problemas musculares e articulares podem ser curadas por meio da reeducação postural global (RPG). O método, desenvolvido pelo francês Philippe Souchart, é explicado no *Especial Cidadania*.

página 16

GERALDO MAGELA



Demostenes Torres é autor do projeto, aprovado na CCJ, que define o crime como o uso indevido, por servidor, de bens ou serviços públicos

Servidor pode pegar até seis anos de prisão por peculato-uso

página 7

eleições

Veja o quadro partidário após o segundo turno

página 5

meio ambiente

Redução de gases: meta de 80% é viável?

página 11

crise



Delcídio Amaral (E) e Mendes Ribeiro Filho (C) na mesa de reuniões da CMO: análise mais cuidadosa da situação

Relatório do Orçamento será votado na quarta

Comissão decide dar uma semana a mais de prazo para elaboração da análise preliminar por causa da instabilidade econômica internacional

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para esta quarta-feira a votação do relatório preliminar ao projeto da Lei Orçamentária de 2009, do senador Delcídio Amaral (PT-MS). O presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), logo após uma reunião que durou mais de três horas, explicou que a dilatação do prazo “pode ser importante para que os parlamentares tenham melhores condições de avaliar a evolução da crise financeira internacional e votar o parecer com conhecimento de causa”.

– É necessário que tenhamos mais informações sobre a crise que abala o mundo e que traz reflexos negativos na economia brasileira. O relatório preliminar, bem como todo o processo orçamentário, tem que ser votado em

clima de segurança – afirmou o presidente da CMO.

Mendes Ribeiro considerou ainda ser cedo para falar em possíveis cortes no Orçamento do próximo ano e adiantou que o período de apresentação de emendas à proposta orçamentária será de 6 a 14 de novembro. O prazo estipulado anteriormente era 7 de novembro. O deputado confirmou, entretanto, que até 22 de dezembro o Plenário do Congresso Nacional deverá examinar o relatório final da proposta orçamentária, como prevê o cronograma de trabalho da comissão.

A dilatação do prazo para votar o relatório preliminar também servirá para que os

membros da CMO ganhem tempo para decidir sobre dois pontos considerados vitais para a aprovação do Orçamento: o aumento no valor – de R\$ 8 milhões para R\$ 12 milhões – das emendas individuais e a elevação dos repasses aos estados, dos atuais R\$ 3,9 bilhões para R\$ 5,2 bilhões, a título de compensação pelas perdas referentes à isenção tributária de importações prevista na Lei Kandir.

Em vigor desde 1996, a Lei Kandir isenta de ICMS os produtos e serviços destinados à exportação.

Delcídio inicialmente defendia que não houvesse aumento no valor das emendas individuais, que consomem R\$ 4,7 bilhões e chegarão a R\$ 7,1 bilhões.

Prazo para votação em Plenário está mantido para 22 de dezembro

À CNI, Garibaldi diz que reforma tributária é necessidade urgente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participou do encerramento do 3º Encontro Nacional da Indústria (Enai), promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília. Ao falar para uma platéia de mais de 500 pessoas, Garibaldi defendeu enfaticamente a necessidade de o Congresso aprovar, com agilidade, a reforma tributária, em análise na Câmara.

– Está ao nosso alcance. Depende da vontade política dos parlamentares. É só a Câmara aprovar e o Senado, tenho certeza, não ficará atrás – garantiu Garibaldi, lembrando que a reforma não é “milagreira”, mas vai ajudar a amenizar os efeitos da crise no país.

Também participaram da solenidade o vice-presidente José Alencar; os ministros da Educação, Fernando Haddad, e do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia; e o presidente da CNI, deputado Armando Monteiro (PTB-PE).

Garibaldi sugeriu às autoridades presentes um esforço suprapartidário conjunto para que a reforma seja aprovada com rapidez e traga as mudanças de que o país necessita, como a redução da carga tributária. Ele criticou a “montanha de tributos” e a burocracia do sistema arrecadador nacional. Projeto de reforma fiscal enviado ao Congresso pelo governo tramita na Câmara juntamente com outras propostas de parlamentares.

O presidente da CNI disse que, com a crise financeira, o “mundo mudou em poucas semanas”,

exigindo do Parlamento uma agenda de atividades despolitizadas e estruturantes. Para Monteiro, o setor industrial precisa, dentre outras medidas, da ampliação do prazo para recolhimento de tributos, da redução da alíquota de IOF sobre operações de crédito e do uso das reservas internacionais do Banco Central para assegurar o acesso das empresas a financiamento para exportação.

Senador fez dura crítica à “montanha de tributos” e à burocracia

Após acordo, projeto dos sacoleiros deve ser aprovado pela CRE

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou acordo entre a base governista e a oposição para votação do projeto que estabelece o Regime de Tributação Unificada (RTU), a ser utilizado por pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional que compram mercadorias no Paraguai, conhecido como projeto dos sacoleiros (PLC 27/08).

A proposição está na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O senador lembrou que o relator do texto, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acolheu conjunto de emendas para combater a

pirataria. Ainda assim, Virgílio antecipou que o texto não terá seu voto, uma vez que ainda não considera a proposta ideal.

Com o objetivo de acompanhar a tramitação da iniciativa, um grupo de parlamentares e diplomatas do Paraguai reuniu-se com senadores da CRE. O encontro, coordenado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), contou com a presença do embaixador paraguaio, Luis Gonzáles Arias, do senador Alberto Grillón, do governador do Alto Paraná, Nelson Aguinalde, e da prefeita de Ciudad del Este, Sandra Mcleod.

comissões

Segunda-feira

9h e 17h – ORÇAMENTO

Audiências regionais – Reunião às 9h para debater o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2009, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Às 17h, a comissão se reúne na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em Vitória.

Terça-feira

9h e 16h – ORÇAMENTO

Audiências regionais – No último dia de debates sobre o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2009, a Comissão de Orçamento realiza seminário em Belo Horizonte, às 9h, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e, em Brasília, às 16h, no Plenário 2 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

9h – JURISTAS

Processo Penal – Reunião, das 9h às 18h, da Comissão de Juristas criada para apresentar um anteprojeto de lei com sugestões de alterações no Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), sob a coordenação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Hamilton Carvalhido.

10h – EDUCAÇÃO

Museus – Audiência pública debaterá a criação do Estatuto de Museus. Foram convidados o secretário de Cultura de São Paulo, João Sayad; o presidente da Associação Brasileira de Museologia, Antonio Carlos Pinto Vieira; o secretário de Cultura de Minas Gerais, Paulo Eduardo Rocha Brant; o presidente do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Chateaubriand; o diretor do Departamento de Museus e Centros

Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, José do Nascimento Júnior; e a professora aposentada do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia Maria Célia Santos.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Lavoura-pecuária – Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para a votação de 13 propostas. Entre os projetos em pauta encontra-se o que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária. Também poderá ser analisado o projeto que determina a inscrição de informações, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, sobre as formas de descartar adequadamente essas embalagens.

Quarta-feira

8h45 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Anorexia – Reunião da Comissão de Ciência, Comunicação e Tecnologia para a votação de 13 projetos, entre

os quais nove que tratam de autorização para funcionamento de emissoras de rádio e televisão. O primeiro projeto em pauta proíbe a exibição pública de modelos anoréxicos, cujo índice de massa corporal seja inferior a 18.

plenário

Segunda-feira

está trancada por duas medidas provisórias e três projetos de lei de conversão.

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

Quarta e quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

14h – Sessão deliberativa

Na hora do expediente, serão comemorados os 400 anos de nascimento do Padre Antônio Vieira. A pauta

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

crise

MP anticrise terá aprovação fácil no Senado, prevê Garibaldi

Deputados já acolheram projeto que amplia poderes do Banco Central e a criação do Fundo Soberano, que devem ir a Plenário nesta semana

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse acreditar que a medida provisória que amplia os poderes do Banco Central (MP 442/08) para assumir carteiras de crédito de bancos com dificuldades de liquidez será aprovada com tranquilidade no Senado. A matéria foi acatada pelos deputados e, nesta semana, pode ser votada pelos senadores, caso sejam apreciadas outras cinco MPs que trancam a pauta.

– Na Câmara, passou por acordo e aqui vai prevalecer também um ambiente de entendimento e acordo. Nós temos que construir soluções para essa crise num ambiente de entendimento – afirmou Garibaldi.

O socorro em moeda nacional funcionará da seguinte maneira: um banco com dificuldade de captar dinheiro no mercado, mas que tenha carteira de crédito

com baixo risco de calote, poderá “vendê-la” ao BC mediante compromisso de recompra, em uma operação de empréstimo conhecida como redescoto. As carteiras de crédito são compostas por valores que os bancos têm o direito de receber, como dívidas de pessoas físicas e jurídicas.

Do valor desses créditos será descontada a provisão (valor para cobrir parte do prejuízo se o crédito não for honrado). Sobre o que restar, será aplicado ainda um deságio (percentual variável conforme a avaliação da carteira). Por exemplo, se a carteira valer R\$ 100 milhões em créditos, a provisão for de R\$ 10 milhões e o BC considerar muito boa a chance de os créditos serem honrados, o deságio será de R\$ 18 milhões (20% sobre R\$ 90 milhões). O banco que recorrer ao BC receberá, então, R\$ 72 milhões.

Adicionalmente, o BC poderá

aceitar uma garantia real (imóvel, por exemplo) ou fiança dada pelo acionista controlador, por uma empresa coligada ou por outro banco. O texto acolhido pela Câmara determina que haja regras transparentes e não discriminatórias para a aceitação de ativos em operações de redescoto.

Fundo Soberano também pode ser votado

Garibaldi demonstrou ainda otimismo em relação à aprovação pelos senadores, nesta semana, do projeto que cria o Fundo Soberano do Brasil (PL 3.674/08, na Câmara), também já votado pelos deputados na semana passada.

O senador lamentou a obstrução feita pela bancada do DEM na sessão do Congresso, quinta-feira, que impediu a votação de matérias “importantes, pois dizem respeito à crédito para pagamento de aposentados”.

PAULO LIMA



Garibaldi recebe o ministro Mantega e grupo de senadores: votação da MP deve ocorrer em clima de tranquilidade

Governo criará linha de crédito para socorrer a construção civil

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou na quinta-feira a edição de uma medida provisória para socorrer o setor da construção civil. Durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (veja mais na página 4), ele afirmou que a MP incluirá as ações divulgadas pelo governo na véspera, com o objetivo de fornecer capital de giro às empresas do setor. “A construção civil investiu muito nos últimos em curso, mas agora se ressentem da falta de recursos”, disse o ministro.

Em nota oficial na quarta-feira, o governo explicou que haverá duas linhas de financiamento. Em uma delas, os bancos poderão usar até 5%

dos recursos da poupança para financiar o capital de giro. A outra linha de crédito, a ser administrada pela Caixa Econômica Federal, teria à disposição R\$ 3 bilhões. A MP anunciada por Mantega se refere a essa segunda linha. “Para que

se possa efetivar a operação, vamos enviar a MP para dar a garantia [por parte do governo federal] de uma parte do financiamento”, explicou.

A nota oficial diz ainda que “o

governo, como controlador, permitirá que a Caixa mantenha, em um fundo de reserva, parte dos dividendos que seriam distribuídos para a União; com esses recursos, forma-se um lastro que garantirá até 35% do valor das operações realizadas pela Caixa”.

Caixa terá R\$ 3 bilhões à disposição para financiar obras



Senadores lotaram a sala da CAE para o debate com Guido Mantega e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles

Autorização para compra de banco preocupa senadores

A Medida Provisória 443/08, que autoriza a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil a adquirirem participações em instituições financeiras, foi questionada por diversos senadores durante audiência pública com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Os parlamentares manifestaram preocupação com possíveis prejuízos para os bancos estatais, com a compra de ativos de bancos privados em dificuldade.

No debate, José Agripino (DEM-RN) disse que a implementação do dispositivo poderá “afetar a saúde” do Banco do Brasil e da Caixa. Na opinião do senador, as medidas de socorro a bancos em dificuldade deveriam ocorrer por meio de injeção de recursos do Tesouro Nacional. Agripino anunciou que

apresentará emenda à MP (que está para ser votada na Câmara e depois segue para o Senado) no sentido de limitar o prazo de validade da autorização prevista.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou a falta de definição de critérios a serem usados pela Caixa e pelo Banco do Brasil para a identificação de problemas no sistema financeiro.

Mantega assegurou que os bancos estatais estão impedidos de aceitar “ativos podres”, ou seja, carteiras com baixa liquidez ou créditos sem garantias. “Não há carteiras podres sendo negociadas. No geral, as carteiras são boas. No caso de aparecer algum “osso” [ativo de pouca liquidez], ele não será assumido pelo banco estatal, mas deve ficar com o Fundo Garantidor de Créditos [FGC]”, afirmou.

Para buscar um entendimento sobre a MP, Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, sugeriu a criação de um grupo com representação de todos os partidos políticos, para negociar os aspectos polêmicos da medida.

Na sexta-feira, Geraldo Mesquita (PMDB-AC) criticou Mantega por ter pedido aos parlamentares que não aprove medidas destinadas a aumentar gastos com o funcionalismo público e com a Previdência. “Além de pedir aos senadores que não aprove o aumento de salário decidido pelo próprio governo, em medida provisória enviada ao Congresso, há insinuações de que o governo pretende suspender a realização dos concursos públicos, que deveriam preencher quarenta mil vagas hoje ocupadas por cargos de confiança”, disse.

Parlamento do Mercosul discute crise nesta segunda

Começa às 15h desta segunda-feira, em Montevideu, no Uruguai, a 14ª sessão plenária do Parlamento do Mercosul, que deve ter como um dos principais temas a crise econômica mundial. O encontro ocorrerá uma semana depois da realização, em Brasília, de reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum também destinada a debater a crise.

Em Brasília, decidiu-se que os ministérios da Economia e os bancos centrais dos membros do bloco devem reforçar as ações conjuntas para lidar com a crise internacional. Ao final do encontro, segundo a Agência Brasil, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou que as medidas mais adequadas para lidar com a crise incluiriam “mais integração e mais comércio intra-regional”.

O presidente do Parlamento

do Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), disse que a situação econômica mundial será um dos principais temas em Montevideu. Ele presidiu reunião da Mesa Diretora, no dia 22, quando foi aprovada uma nota oficial por meio da qual o Parlamento expôs a sua “grande preocupação com a crise financeira internacional”.

Diversas comissões também estarão reunidas em Montevideu, na manhã de segunda-feira. Entre elas, a Comissão de Orçamento e Assuntos Internos, em cuja pauta encontra-se projeto de recomendação apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para que seja criada uma agência de desenvolvimento do bloco, destinada a assessorar os governos na elaboração de projetos a serem financiados com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).



JOSE CRUZ

Mantega, ao lado do senador Aloizio Mercadante (D): países emergentes estão mais preparados para enfrentar a crise

Mantega prevê queda de consumo, não recessão

Arrecadação do governo também pode ser prejudicada pela crise, segundo o ministro. Mesmo assim, crescimento do PIB deve superar os 4%

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o governo trabalha com a possibilidade de queda do consumo no país nos próximos meses, mas não acredita que o Brasil passe por uma recessão. Mantega fez a previsão em debate quinta-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que também teve a presença de Henrique Meirelles, presidente do Banco Central. “O consumo continua em patamar elevado. Poderá haver redução, mas não recessão. É possível que haja queda de arrecadação do governo federal

e, por consequência, de repasses aos municípios. Mas não acredito em desaceleração da economia. Os prefeitos devem acompanhar os indicadores com atenção”, afirmou o ministro.

Mantega também disse acreditar que, apesar das turbulências, o país pode crescer este ano a taxas de 4% a 4,5% conforme havia previsto. E garantiu que os “países emergentes dinâmicos” – e particularmente o Brasil – estão mais preparados para enfrentar a crise que os países “mais ricos”. No entanto, ele ressaltou que “ninguém escapará dos efeitos da

crise, que é sistêmica”.

Ao explicar por que o impacto sobre o Brasil será diferente do impacto sobre Estados Unidos e Europa, o ministro afirmou que, em geral, os “países emergentes dinâmicos” vêm registrando crescimento maior (e mais rápido), têm maior potencial de expansão do mercado interno (e, assim, podem reagir melhor em caso de redução do mercado externo) e possuem fundamentos macroeconômicos mais sólidos, que se refletem nos superávits fiscais e no aumento de suas reservas internacionais.

João Tenório pede ajuda para produtor rural

Durante o debate na CAE, o senador João Tenório (PSDB-AL) cobrou do ministro Guido Mantega medidas específicas para socorrer as empresas exportadoras de *commodities* agrícolas. Para ele, a crise afeta de maneira direta toda a economia brasileira, mas tem impactos diferentes em cada setor. O de exportação de produtos agrícolas estaria entre os mais afetados.

– A crise pegou o setor ‘de calça curta’. Os exportadores de *commodities* agrícolas estavam descapitalizados e submetidos a uma ‘dieta de crédito’, o que tornou mais graves os impactos da crise – afirmou João Tenório.

O senador explicou que o setor, especialmente de grãos, enfrenta uma defasagem entre a produção, que dura em torno de quatro meses, e a comercialização, que é mais longa. Tenório cobrou a adoção de medidas específicas para asse-



JOSE CRUZ

João Tenório cobra adoção de medidas específicas para o setor exportador de produtos agrícolas, afetado pela crise

gurar crédito aos exportadores de *commodities* agrícolas.

Mantega lembrou medidas já adotadas pelo governo de apoio ao setor, como a renegociação das dívidas, e afirmou que o Banco do Brasil, principal financiador da agricultura, não interrompeu a liberação de

créditos. “Ao contrário, o Banco do Brasil foi autorizado a liberar 25% a mais de recursos do que havia sido inicialmente previsto. Além disso, o governo aumentou a exigibilidade para crédito rural, que passou de 25% para 30% dos depósitos à vista”, assinalou.

Osmar Dias (PDT-PR) cobrou do ministro a imediata liberação de recursos para garantir o plantio da safra. Para ele, o crédito agrícola, apesar de anunciado, não está chegando aos produtores e cooperativas, inclusive do seu estado, o Paraná.

– A melhor maneira de se combater a crise é produzir cada vez mais – frisou Osmar Dias.

Mantega atribuiu o problema a questões operacionais na área administrativa, mas informou que produtores paranaenses, especialmente os de trigo, já estão sendo atendidos pelas agências do Banco do Brasil.

Meirelles: empresas diminuíram de tamanho em US\$ 32 trilhões

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disse à CAE que a atual crise financeira mundial é forte, mas não igual à de 1929, que chegou a quebrar a Bolsa de Valores de Nova York e causou depressão em vários países.

Segundo Meirelles, de setembro de 2007 até agora, US\$ 32 trilhões foram perdidos nas bolsas de valores de todo o mundo. Mas a economia brasileira, afirmou, vem se comportando de modo bastante positivo em comparação com outros países emergentes, principalmente os da Europa Oriental e da Ásia. Um dos motivos, segundo o presidente do BC, é que o Brasil detém reservas em dólares maiores do que o total da dívida externa

– ou seja, é o que se chama de credor líquido em dólares.

Meirelles admitiu que, depois que os bancos norte-americanos cortaram suas linhas de crédito, o mercado brasileiro teve dificuldades de acesso ao dólar, o que acabou por elevar o valor dessa moeda e derrubar o real. Mas afirmou que as vendas de dólares pelo BC para conter a alta da moeda não prejudicaram as reservas cambiais brasileiras.

O presidente do BC elogiou ações do governo para combater a crise, a exemplo da venda de cerca de US\$ 5 bilhões. Lembrou ainda que foi feita liberação de compulsório dos bancos via realização de leilões públicos para capitalizar os bancos.



LEOPOLDO SILVA

Para Henrique Meirelles, crise atual é forte, mas não se compara à de 1929, que levou à quebra da Bolsa de Nova York e a uma depressão global

Após quatro altas, BC mantém taxa básica de juros em 13,75%

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu na quarta-feira manter em 13,75% ao ano a taxa básica de juros (Selic). Nota do Banco Central à imprensa informou que a decisão foi tomada em função do agravamento da crise financeira mundial. “Avaliando o cenário prospectivo e o balanço de riscos para a inflação, em ambiente de maior incerteza, o Copom decidiu por unanimidade, neste momento, manter a taxa Selic em 13,75% ao ano, sem viés”, diz o comunicado.

A decisão do Copom ocorreu no mesmo dia em que o Federal Reserve (Fed, o BC norte-americano) cortou o juro básico nos Estados Unidos em 0,5 ponto percentual, para 1% ao ano. A manutenção da taxa interrompeu a série de quatro altas consecutivas. Em abril, a taxa foi elevada de 11,25% para 11,75%. Em junho, saiu de 11,75% para 12,25% e em julho foi de 12,25% para 13%. Em setembro, a taxa atingiu 13,75%.

Os membros do Copom tomaram sua decisão sob

forte pressão, que se intensificou nas últimas semanas à medida que aumentavam os sinais de agravamento da crise financeira. Pesou na decisão a expectativa de que a crise internacional terá um impacto negativo na atividade econômica – e os juros altos podem contribuir para um cenário de recessão.

Desde a quebra do banco Lehman Brothers, em 14 de setembro (que deu início à crise financeira internacional), as linhas externas de crédito secaram e o Brasil teve que

conviver com um problema sério de falta de liquidez, que levou o Banco Central a anunciar uma série de medidas, como a liberação de depósitos compulsórios (que os bancos são obrigados a recolher ao BC) que injetaram R\$ 45 bilhões no mercado neste mês.

Diante desse cenário prevaleceu o temor de que um maior aperto da política monetária poderia agravar a crise da economia, com impacto no emprego e na renda e, evidentemente, na popularidade do presidente Lula.

No mesmo dia, EUA reduziram juros básicos para apenas 1% ao ano

eleições

PMDB e PT dirigirão maioria das capitais

Após resultado do segundo turno, partidos somaram seis capitais cada um, à frente do PSDB (4), PSB (3) e PTB(2)

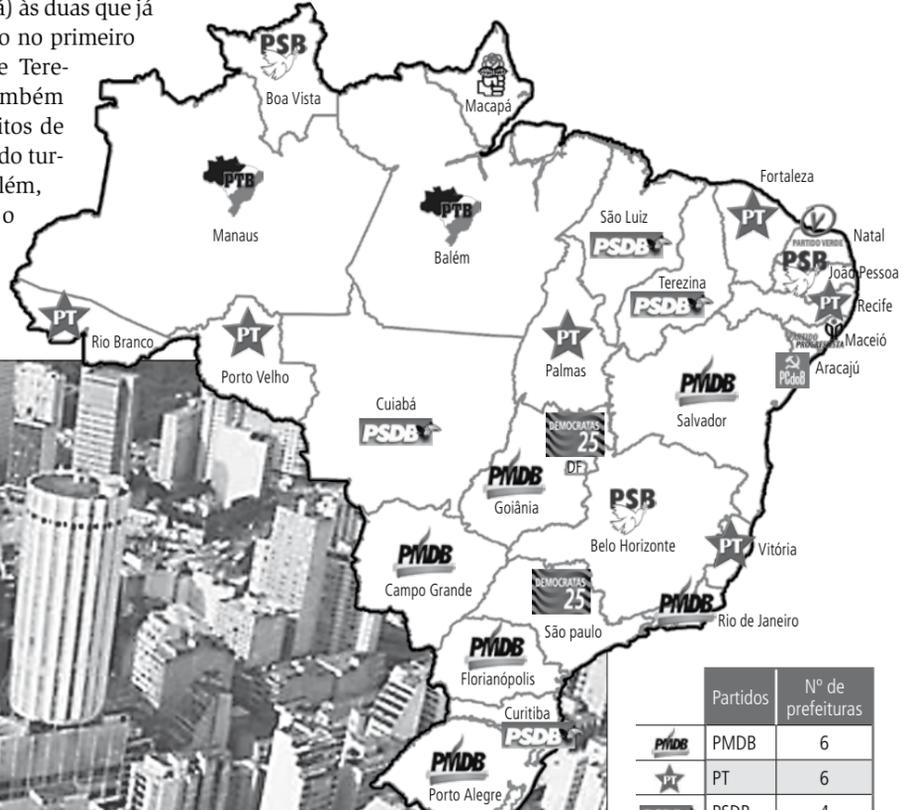
Como aconteceu no primeiro turno, o resultado final do segundo turno também traz o PMDB como destaque. O partido conquistou quatro das seis capitais que disputou em 26 de outubro, incluindo Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre, que estão entre os maiores eleitorados e economias do país. Já o PT não ganhou nenhuma das três capitais que disputou (duas delas concorreu com o PMDB). Somados os resultados

dos dois turnos, PT e PMDB são os partidos que comandam o maior número de capitais: seis cada um (veja quadro ao lado).

O DEM ganhou a disputa em apenas uma capital. Porém, com a conquista na maior cidade do país, passou a ocupar a segunda posição entre as legendas que governam o maior número de eleitores (veja quadro abaixo).

O PSDB, que apoiou a eleição de Gilberto Kassab (DEM) em São

Paulo, somou mais duas capitais (São Luís e Cuiabá) às duas que já havia conquistado no primeiro turno (Curitiba e Terezina). O PTB também elegeu dois prefeitos de capitais no segundo turno: Manaus e Belém, respectivamente o oitavo e o décimo maiores colégios eleitorais do país.



Partidos	Nº de prefeituras
PMDB	6
PT	6
PSDB	4
PSB	3
PTB	2
DEM	2
PV	1
PP	1
PCdoB	1
PDT	1

São Paulo, que continuará sob comando do DEM, responde sozinha por 6,3% do eleitoral nacional

JEFFERSON PANCIERI/PMSP



PMDB governa maior eleitorado nas metrópoles

Fechadas as urnas, o PT aparece com o maior número de prefeituras entre as 77 maiores cidades brasileiras: 20 delas terão um prefeito do partido a partir de 1º de janeiro. Em seguida, aparece o PMDB, com 17 prefeituras de cidades com mais de 200 mil eleitores.

Essas cidades têm, juntas, 46,5 milhões de eleitores, 35,6% do eleitorado nacional, além de concentrarem mais da metade do produto interno

bruto (PIB). O grupo inclui ainda 24 capitais (apenas Palmas e Rio Branco têm menos que 200 mil eleitores) e servem como referência para a próxima campanha (2010), que elegerão governadores e o presidente da República.

PT e PMDB também foram os que mais conquistaram prefeituras no segundo turno, com oito cada um. O PT não ganhou em nenhuma capital, mas levou a melhor em oito cidades onde houve segundo

turno, três delas no rico interior paulista.

O PSDB vem em terceiro lugar no número de prefeituras conquistadas no grupo dos maiores municípios brasileiros, com 13 (veja quadro). DEM, PP e PDT elegeram cinco prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores.

O Democratas, porém, destaca-se dos demais por ter eleito o prefeito de São Paulo, que, sozinha tem 6,3% do eleitorado nacional. Com o resultado, o partido vai governar mais de 9,4 milhões de eleitores entre as 77 maiores cidades, ficando atrás apenas do PMDB, que administrará municípios com 11,8 milhões de eleitores.

Mesmo com o maior número de prefeituras nesse grupo de cidades, o PT ficou com o terceiro lugar no número de eleitores em cidades mais populosas: 8,6 milhões. Nesse quesito, a legenda é seguida pelo PSDB, com 5,8 milhões.

Partido	Cidades com mais de 200 mil eleitores a serem governadas	Eleitores a serem governados nessas cidades	Maior colégio eleitoral
PMDB	17	11,8 milhões	Rio de Janeiro (4,6 milhões)
DEM	5	9,4 milhões	São Paulo (8,2 milhões)
PT	20	8,6 milhões	Fortaleza (1,5 milhões)
PSDB	13	5,8 milhões	Curitiba (1,3 milhões)
PSB	4	2,7 milhões	Belo Horizonte (1,8 milhões)
PTB	3	2,6 milhões	Manaus (1,1 milhão)
PDT	5	2,2 milhões	Campinas (724 mil)
PP	5	1,7 milhão	Maceió (504 mil)
PCdoB	2	646 mil	Aracaju (356 mil)
PV	1	499 mil	Natal (499 mil)
10 partidos	77 cidades	46,5 milhões	-----

Confira a lista dos eleitos no segundo turno

UF	Município	Candidato	Partido	Votação	%
AM	Manaus	Amazonino Mendes	PTB	495.460	57,1
AP	Macapá	Roberto Góes	PDT	91.558	51,7
BA	Salvador	João Henrique	PMDB	753.487	58,5
ES	Vila Velha	Neucimar Fraga	PR	108.476	52,4
GO	Anápolis	Antonio Gomide	PT	122.245	75,6
MA	São Luís	João Castelo	PSDB	271.014	55,8
MG	Belo Horizonte	Marcio Lacerda	PSB	767.332	59,1
	Contagem	Marília Campos	PT	174.198	56,9
	Juiz de Fora	Custódio Mattos	PSDB	148.137	51,8
	Montes Claros	Luis Tadeu Leite	PMDB	96.374	52,6
MT	Cuiabá	Wilson Santos	PSDB	175.038	60,5
PA	Belém	Duciomar Costa	PTB	436.693	59,6
PB	Campina Grande	Veneziano Vital do Rego	PMDB	116.222	51,5
PR	Londrina	Antonio Belinati	PP	138.926	51,7
	Ponta Grossa	Wosgrau	PSDB	89.538	52,3
RJ	Campos dos Goytacazes	Rosinha Garotinho	PMDB	135.955	54,5
	Petrópolis	Paulo Musturangi	PT	110.154	65,1
	Rio de Janeiro	Eduardo Paes	PMDB	1.696.195	50,8
RS	Canoas	Jairo Jorge	PT	98.736	52,6
	Pelotas	Fetter Junior	PP	109.011	56,7
	Porto Alegre	José Fogaça	PMDB	470.696	59,0
SC	Florianópolis	Dário Berger	PMDB	129.969	57,7
	Joinville	Carlito Merss	PT	170.955	62,2
SP	Bauru	Rodrigo Agostinho	PMDB	97.288	54,3
	Guarulhos	Sebastiao Almeida	PT	320.472	56,7
	Mauá	Oswaldo Dias	PT	117.337	55,7
	Santo André	Aidan Ravin	PTB	214.810	55,0
	São Bernardo do Campo	Luiz Marinho	PT	237.617	58,2
	São José do Rio Preto	Valdomiro Junior	PSB	109.145	51,2
	São Paulo	Gilberto Kassab	DEM	3.790.558	60,7

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O percentual se refere aos votos válidos.

decisões



Marconi Perillo (E), Delcídio Amaral e o indicado Allan Kardec Duailibe durante sabatina na Comissão de Infra-Estrutura

Aprovados nomes de dois diretores para a ANP

Novos diretores são Magda Chambriard, que trabalhou por 22 anos na Petrobras, e Allan Kardec Duailibe, pesquisador e professor universitário

O Plenário aprovou na quarta-feira passada a indicação do Executivo de dois diretores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foram acolhidos os nomes de Magda Maria de Regina Chambriard e Allan Kardec Duailibe Barros Filho.

O presidente da Comissão de Infra-Estrutura (CI), Marconi Perillo (PSDB-GO), destacou que Magda Chambriard foi bastante elogiada pelos senadores por seu currículo, especialmente pelo relator de sua indicação, Sérgio Guerra (PSDB-PE). Ela trabalhou por 22 anos na Petrobras, e os últimos seis anos na própria

ANP, onde ocupou vários postos, inclusive as superintendências de Exploração e de Definição de Blocos.

O outro indicado, o também engenheiro Allan Kardec Filho, contou com o parecer favorável do senador João Tenório (PSDB-AL). Kardec dedicou sua vida profissional à pesquisa e ao ensino e, nos últimos anos, ocupou a função de professor da Universidade Federal do Maranhão.

Investimentos de US\$ 70 bilhões no campo de Tupi

Ao ser sabatinada pela CI, a engenheira Magda Chambriard afirmou que devem chegar a US\$ 70 bilhões os investimentos ape-

nas para a exploração do petróleo do campo de Tupi, na camada pré-sal da Bacia de Santos. Informou ainda que a retirada do petróleo de Tupi, com reservas projetadas entre 5 e 8 bilhões de barris, deve contar com cerca de 500 poços e oito plataformas petrolíferas.

Por sua vez, Allan Kardec concordou com a nova diretoria de que a ANP deve colocar áreas sedimentares internas em licitação. Pessoalmente, ele disse acreditar na existência de gás no Piauí e no Tocantins.

Senadores se dividiram em relação à necessidade de mudanças nas leis sobre exploração de petróleo no país.

Freqüência mínima em cursos universitários poderá ser de 75%

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) acolheu parecer do senador Romeu Tuma (PTB-SP) a projeto (PLS 387/07) do ex-senador Wilson Matos que exige freqüência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação em cursos de ensino superior. O texto original fixava o valor em 85%. A decisão, terminativa, segue para análise da Câmara dos Deputados.

A senadora Marisa Serrano

(PSDB-MS) ponderou que a proposta contraria o espírito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.304/96 –, que defende a necessidade de as universidades terem liberdade no controle de freqüência dos alunos. Essa restrição, disse a senadora, foi amenizada por emenda de Flávio Arns (PT-PR), que reduziu a freqüência exigida para aprovação dos universitários em cada disciplina.

ESCOLAS TÉCNICAS

Quatro projetos aprovados em decisão terminativa pela CE autorizam o Poder Executivo a criar novas escolas técnicas no país, entre elas, Mamoré (RO), PLS 130/08; Espigão do Oeste (RO), PLS 161/08; e em Samambaia (PLS 168/08) e Planaltina (PLS 167/08), ambas cidades-satélites do Distrito Federal. Foi acolhido ainda projeto de lei (PLC 57/08) que dá o nome de Apolônio de Carvalho, um dos idealizadores do PT, ao trecho da BR-262, que liga Campo Grande a Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

Construção de creches em conjuntos habitacionais

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou proposta que torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais financiados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. O texto é um substitutivo de Marconi Perillo (PSDB-GO) a projeto de lei (PLS 69/08) de Marisa Serrano (PSDB-MS).

A proposta altera a lei que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei

11.124/05). Os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Ideli Salvatti (PT-SC) e Renato Casagrande (PSB-ES), entre outros, questionaram a viabilidade de manutenção e custeio das creches, uma atribuição das prefeituras, segundo Marisa Serrano. Mas para o presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), construídas as creches, a comunidade irá pressionar as prefeituras para fazê-las funcionar.

UNIVERSIDADE

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu projeto da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) que autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Médio Mearim, em Pedreiras (MA). No voto favorável à proposta (PLS 184/06), o relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), destaca que a oferta de educação superior no Médio Mearim "alcançará uma região econômica e geograficamente estratégica" para o desenvolvimento do Maranhão.

SEGURO

Os senadores da CCJ também aprovaram relatório de Serys Slhessarenko (PT-MT) favorável à sugestão feita pelo Ministério Público do Rio de Janeiro de apresentação de projeto de lei para revogar o artigo 190 do Decreto-Lei 2.063/40, que regulamenta a contratação de seguros privados. O artigo proíbe "a estipulação de qualquer contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos".

ACIDENTES

Os parlamentares da CI aprovaram projeto (PLC 109/08) que pode impedir um tipo de acidente que costuma ocorrer na região amazônica, quando as passageiras ajudam a retirar água dos barcos e os cabelos acabam presos nas engrenagens dos motores, que giram em alta velocidade. O projeto determina que os donos dos barcos cubram seus motores, eixos ou quaisquer partes móveis que possam provocar acidentes.

EMBARCAÇÕES

Foi aprovado pela CCJ projeto (PLS 76/08) do senador Expedito Júnior (PR-RO) que autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a abrir uma linha de crédito especial, com juros de 6% ao ano e pagamento em dez anos, para financiar a compra de embarcações para a navegação na Amazônia. Expedito pondera que as condições que propõe para os financiamentos são as mesmas oferecidas pelo governo para renovar a frota da Marinha.

HIDRELÉTRICA

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) acolheu em decisão terminativa projeto (PLS 274/08), do senador Lobão Filho (PMDB-MA), que modifica o limite de potência que caracteriza uma pequena central hidrelétrica (PCH), cuja construção conta com financiamentos do governo. O limite foi aumentado de 30 mil kW para 50 mil kW. Lobão Filho acredita que, com a alteração, aumentará em muito a capacidade nacional de geração elétrica.

RODOVIA

Também foi acolhido pela CI proposta (PLS 306/08) de Marconi Perillo (PSDB-GO) que inclui na relação das estradas do Sistema Rodoviário Nacional a BR-438, com 230 quilômetros. A medida vai beneficiar municípios goianos próximos do Distrito Federal e desviar tráfego da capital federal. A BR-438 terá início na BR-414, passando pelas cidades goianas de Padre Bernardo, Mimoso, Água Fria, Matinha e Vila Boa.

projetos aprovados

De 27 a 31 de outubro

➔ **PLS 194/06, do senador Demostenes Torres (DEM-GO)** – Estabelece pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa por crime de peculato-uso a agente público que se utilizar, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), segue à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 387/07, do ex-senador Wilson Matos** – Exige freqüência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação no ensino superior. Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), segue à Câmara.

➔ **PL 562/07, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR)** – Cria a Semana Nacional da Visão e da Audição. Aprovado na CE, segue à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 310/08, do senador Marco Antônio Costa (DEM-TO)** – Cria o Dia Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística, doença genética crônica que compromete os sistemas respiratório, digestivo e reprodutor, e pode ser diagnosticada logo após o nascimento, por meio do "teste do pezinho". Aprovado na CE, segue à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 67/08, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)** – Autoriza o Poder Executivo a ofertar, por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, curso de nível médio para a formação de técnicos no setor. Aprovado na CE, segue à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 130/08, do senador Expedito Júnior (PR-RO)** – Autoriza o Poder Executivo a criar escola técnica no município de Mamoré (RO). Aprovado na CE, segue à Câmara.

➔ **PLS 161/08, do senador Expedito Júnior** – Autoriza o Poder Executivo a

criar escola técnica em Espigão do Oeste (RO). Aprovado na CE, segue à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 167/08, do senador Adelmir Santana (DEM-DF)** – Autoriza o Poder Executivo a criar escola técnica em Planaltina, no Distrito Federal. Aprovado na CE, segue à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 168/08, do senador Adelmir Santana** – Autoriza o Poder Executivo a criar escola técnica em Samambaia, no Distrito Federal. Aprovado na CE, segue à Câmara dos Deputados.

decisões

Adicional de periculosidade para vigilantes vai a votação

O projeto de lei que visa conceder adicional de periculosidade de 30% aos vigilantes será o primeiro item da pauta de votações da próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), nesta quarta-feira.

Essa é a decisão da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), presidente da CAS, comunicada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), durante audiência pública sobre as condições de trabalho do vigilante.

Na reunião da CDH, Paim informou ainda que as principais reivindicações da categoria serão encaminhadas ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

Serys Shlessarenko (PT-MT),

autora do projeto (PLS 682/07), explicou que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) não pode conceder esse benefício se não houver determinação legal nesse sentido. Por isso, disse a senadora, decidiu apresentar o projeto de lei.

Serys Shlessarenko ressaltou que, além do adicional de periculosidade, outras medidas devem ser tomadas com o objetivo de aumentar a segurança e melhorar a qualidade de vida desses trabalhadores. Ela contou que pesquisou em sites de notícias na internet informações relativas à morte de vigilantes ocorridas nos últimos 12 meses: na maioria das vezes, morrem em assaltos a lojas, bancos, supermercados ou universidades.

EXAMES DE VISTA E AUDIÇÃO

Com o objetivo de estimular a realização de exames de acuidade visual e auditiva nos alunos da educação infantil e do ensino fundamental, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou a criação da Semana Nacional da Visão e da Audição, prevista em projeto (PLS 562/07) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). A decisão tem caráter terminativo e deve seguir direto para análise da Câmara, salvo recurso em contrário.

FIBROSE CÍSTICA

A CE também acatou projeto do senador Marco Antônio Costa (DEM-TO) que cria o Dia Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística (PLS 310/08), doença genética crônica, que compromete principalmente os sistemas respiratório, digestivo e reprodutor.

ANTIDROGAS

Na mesma reunião foi aprovada a criação do Dia Nacional de Combate às Drogas e aos Entorpecentes, 26 de junho. A proposta (PLS 73/08) do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovada na forma de substitutivo, também instituiu a Semana Nacional de Mobilização contra as Drogas, sempre no final de junho.



Maciel preside reunião da CCJ: preocupação é impedir que agentes públicos usem indevidamente o que não lhes pertence

Servidor que usar bem público pode ser preso

CCJ aprova projeto de Demostenes que tipifica o crime de peculato-uso, para os casos em que o patrimônio ou valor for usado indevidamente

Todo agente público que se utilizar, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos poderá ser punido com reclusão, de dois a seis anos, e multa por ter praticado o crime de peculato-uso. O novo tipo penal e sua respectiva punição estão em projeto do senador Demostenes Torres (DEM-GO) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O autor do projeto (PLS 194/06) buscou na legislação que trata da responsabilidade dos prefeitos e vereadores (Decreto-Lei 201/67)

a definição para a figura penal do peculato-uso. Para que as determinações sejam aplicadas a toda a administração pública, Demostenes propõe a fixação do novo tipo penal nos códigos Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e Penal Militar (Decreto-Lei 1.001/69).

– A figura do peculato, em nosso Código Penal, artigo 312, apenas se refere à apropriação ou desvio de valor ou bem público. O novo tipo estende o campo de incidência penal para incluir o uso indevido de valor ou bem público, sem apropriação ou desvio – explicou o relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao apresentar parecer

favorável ao projeto.

Caracteriza-se o crime de peculato-uso quando um bem público – um carro, por exemplo – é usado indevidamente por um servidor em um final de semana e depois devolvido à seção em que trabalha. Hoje, a prática do que é definido como peculato-uso já é considerada crime na esfera das prefeituras municipais e câmaras de vereadores. Além da tipificação do peculato-uso, o projeto propõe aumentar as penas de diversos crimes praticados por funcionário público contra a administração pública, mantendo a previsão de multa para todos os casos.

Crimes praticados por milícias têm pena ampliada

Os crimes praticados por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio poderão passar a ser tipificados no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), com penas que variam de oito a 30 anos de reclusão. Parecer do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 137/08) com essa finalidade foi aprovado pela CCJ.

De acordo com o artigo 121 do

Código Penal, “matar alguém” é crime sujeito a pena de reclusão de seis a 20 anos. Pelo projeto aprovado, essa pena passa a ser aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

Também foi aprovada uma pena de quatro a oito anos de reclusão para os responsáveis por constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização

paramilitar de qualquer espécie, independentemente da finalidade. O texto original estabelecia constituir crime a constituição de milícia privada com finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal, mas para Valadares, relator da matéria, inserir a finalidade no texto é desnecessário.

– A simples existência de organização paramilitar já é injurídica, independentemente da finalidade a que se destine – justificou o senador.

agora é lei

Lei garante assistência de defensores públicos ao idoso

Os idosos conseguiram um importante amparo legal com a Lei 11.737, que dá aos defensores públicos o poder de referendar transações judiciais relativas à garantia dos meios básicos para que os idosos possam ter uma vida digna, com a garantia, por exemplo, de habitação, vestuário e comida.

De acordo com o Estatuto do Idoso, é obrigação dos familiares, a começar pelos filhos, suprir essas necessidades. A lei que reforça esse entendimento é resultante de projeto do senador César Borges (PR-BA).

Para o senador, a nova lei cria uma alternativa para a solução de conflitos e o reduzido número de procedimentos apreciados pelas promotorias de Justiça, que

até então tinham o monopólio dessa obrigação conferida pelo Estatuto do Idoso. “Vamos também valorizar o papel institucional da Defensoria Pública”, disse César Borges.

A iniciativa vai permitir acelerar a solução de conflitos em que figurem como parte pessoas idosas que, em razão de suas condições físicas, não podem esperar pelo tempo normal que o Judiciário leva para decidir sobre questões como a da garantia de alimentos.

A nova lei, assim como outras que entraram em vigor nos últimos anos, tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com mais de 60 anos, que hoje chegam a 18 milhões de pessoas no Brasil.

JOBIM NA CCJ

Por sugestão de Aloizio Mercadante (PT-SP), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve convidar o ministro da Defesa, Nelson Jobim, para discutir a proposta de emenda à Constituição que destina recursos para as ações realizadas pelas Forças Armadas de assistência aos desamparados. A matéria (PEC 87/07) consta da pauta da CCJ e determina que as ações assistenciais realizadas pelas Forças Armadas sejam financiadas com recursos da Seguridade Social e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

RADIOISÓTOPOS

Na mesma reunião da CCJ, Aloizio Mercadante pediu vista da PEC 100/07, que abre à iniciativa privada a possibilidade de produção e comercialização de radioisótopos de uso médico. A matéria, que tinha sido incluída na pauta por sugestão do relator, César Borges (PR-BA), visa eliminar restrição a essa produção, hoje um monopólio governamental. Mercadante disse não ser contrário à PEC, desejando apenas estudar os impactos da medida na gestão da produção e distribuição de produtos da medicina nuclear.

PESQUISA COM HUMANOS

A CCJ aprovou, por sugestão de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a realização de debate sobre o PLS 78/06, que define punições para violações de normas que regulamentam a pesquisa com seres humanos. Valadares é relator de projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) e sugere que sejam convidadas, entre outras autoridades, o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Resende; e a coordenadora da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde, Gisele Tannus.

previdência social

CAS pode aprovar aumento de aposentadorias

Mesmo com desagrado do governo, aumentam as chances de aprovação, na CAS, de projeto de Paim que atualiza valor de benefícios previdenciários.

Com a aprovação unânime dos senadores presentes ao debate público na semana passada, o projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS), que atualiza o valor das aposentadorias e pensões (PLS 58/03) deve ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta quarta-feira com grandes chances de êxito. Apesar da declarada oposição do governo, preocupado com o peso dos gastos previdenciários nas contas públicas.

O projeto faz com que cada benefício passe a valer hoje o correspondente ao mesmo número de salários mínimos que valia na data em que foi concedido. Enquanto o autor e seus defensores alegam que a proposta traz justiça social, ao recompor benefícios desvalorizados, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) teme que a elevação súbita dos valores pagos a larga parcela dos segurados possa ampliar o déficit de caixa do sistema – buraco financeiro que, para muitos, também é discutível.

Além da vice-presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que mediu o debate de quarta-feira, defenderam a aprovação os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), José Nery (PSOL-PA), Mário Couto (PSDB-

PA) e Romeu Tuma (PTB-SP), e o relator, Expedito Júnior (PR-RO).

Paim disse que é preciso recompor o poder de compra dos benefícios e reparar uma injustiça no modelo atual de Previdência.

– Não se pode aceitar um modelo no qual um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) aposenta-se com vencimentos de aproximadamente R\$ 25 mil, enquanto um trabalhador que receba R\$ 1 mil por mês, após aposentar-se, passe a receber cerca de R\$ 415, devido ao fator previdenciário e à ausência de paridade com o salário mínimo (para o reajuste de sua aposentadoria).

Ministro ouvirá argumentos de Paim

Na véspera da votação pela CAS, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, o relator-geral do Orçamento 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS), Paim e o ministro da Previdência Social, José Pimentel, devem discutir as propostas que tramitam no Congresso sobre a questão, entre elas duas outras do mesmo autor: a que extingue o fator previdenciário e emenda que inclui aposentadorias e pensões na política de reajuste permanente do salário

mínimo.

Paim levará ao ministro as alegações feitas durante o debate pelo vice-presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Segundo Rodrigo da Costa Possas, a Seguridade Social (formada pela Saúde, Assistência e Previdência Social) teve sucessivos saldos positivos de R\$ 60,9 bilhões no ano passado, R\$ 62,6 bilhões em 2005 e de R\$ 50,8 bilhões em 2006.

O déficit anunciado pelo governo e por diversos outros institutos de estudos econômicos (veja texto nesta página), assegura Possas, se origina porque, para efeito de cálculo do caixa da Previdência, o governo considera uma única receita – a das contribuições de segurados e patrões – e não as outras receitas da Seguridade Social. Por isso, diz, há resultado negativo após o pagamento dos benefícios a aposentados e pensionistas.

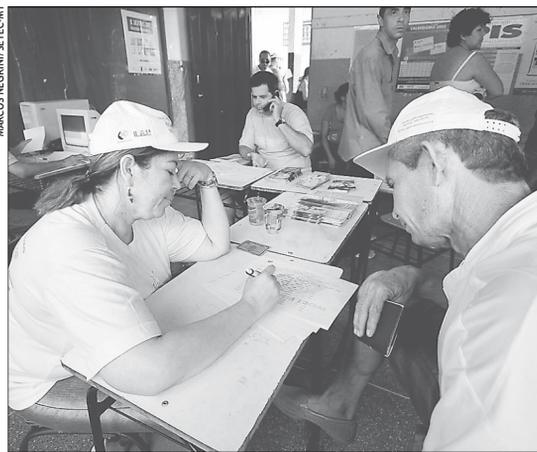
Paim usou o argumento, lembrando que as outras fontes de financiamento da seguridade social são utilizadas para outros fins, como o de conseguir superávits primários nas contas públicas – devido a mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União (DRU).



Acima, a senadora Rosalba Ciarlini preside reunião na CAS que debateu o projeto de Paim – na foto ao lado, com Tuma (E) e Expedito Júnior (D) – que repõe as perdas dos aposentados: tendência favorável



Aumento da expectativa de vida da população e diminuição das taxas de natalidade levam os países a enfrentar graves crises em seus sistemas de previdência social



Atendimento do INSS no Mutirão da Cidadania, em Cuiabá: dois terços dos valores pagos pela Previdência são de um salário mínimo, muitas vezes benefícios assistenciais

Benefícios emitidos (*)

Em número de pessoas, divididas de acordo com o valor em relação ao salário mínimo

Ano	menor que 1 SM	%	igual a 1 SM	%	maior que 1SM	%	TOTAL	%
1993	409.702	2,89	10.032.039		3.743.629	26,39	14.185.370	100
1996	412.610	2,50	8.490.491		7.615.305	46,10	16.518.406	100
1999	430.776	2,29	12.039.300		6.364.511	33,79	18.834.587	100
2003	478.472	2,20	13.729.377		7.643.836	34,98	21.851.685	100
2006	530.348	2,17	15.625.751		8.437.291	34,30	24.593.390	100
2007	569.890	2,27	16.525.167		8.075.226	32,08	25.170.283	100

(*) Exclui benefícios assistenciais
Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social.

As despesas da Previdência

Números para refletir

Entre dezembro de 2000 e janeiro de 2008, a quantidade de benefícios previdenciários e acidentários aumentou **25,9%**, passando de **17,5 milhões** para **22,1 milhões**.

O valor médio real dos benefícios da Previdência Social atingiu **R\$ 559,90** em janeiro de 2007, o que representou um crescimento real de **16%** em relação a janeiro de 2001.



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2007

Alíquotas são altas, mas há poucos contribuintes

Em outubro de 2006, o economista Marcelo Abi-Ramia Caetano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, publicou o estudo "Determinantes da Sustentabilidade e do Custo Previdenciário: Aspectos Conceituais e Comparações Internacionais", em que conclui: o sistema previdenciário brasileiro é um dos mais desequilibrados do mundo, já que cobra elevada alíquota de contribuição (veja quadro nesta página) mas necessita de grande e constante financiamento. Ainda assim, o déficit de caixa foi superior a R\$ 5 bilhões só em janeiro de 2008.

Ao comparar as normas de reajuste das aposentadorias e pensões de mais de cem países, dos mais ricos e tradicionais às mais jovens nações, Caetano verificou que o Brasil figura no grupo dos que mais terão dificuldades para sustentar o regime previdenciário. O desequilíbrio é atribuído a fatores como a indexação de dois terços dos benefícios ao salário mínimo (veja matéria nesta página), a aposentadoria integral para servidores públicos e o uso de recursos do caixa da Previdência para distribuir renda à população mais carente (benefícios assistenciais).

Problema adicional seria a "densidade contributiva", índice que considera o número de contribuintes em relação ao total da população economicamente ativa. Na média mundial, 67,1% dos trabalhadores contribuem para a previdência de seus países, mas, no Brasil, a alta informalidade (ocupações sem carteira assinada e sem pagamento de seguridade) torna a proporção bem menor (56,4%). Além disso, no Brasil a média do valor da aposentadoria corresponde a 59,4% da renda per capita. No resto do mundo, em média, o valor atinge 48,3% da renda per capita.

Países adotam os mesmos pilares na previdência

Sejam quais forem as suas regras, os sistemas previdenciários no mundo não abrem mão de quatro pilares: a fórmula de cálculo do benefício, as condições de acesso, a correção anual dos valores e as alíquotas de contribuição. Mas, para o economista Marcelo Abi-Ramia Caetano, do Ipea, o que diferencia o sistema brasileiro é que, aqui, esses alicerces são

diariamente corroídos.

As razões seriam quatro: a alíquota é das mais altas do planeta; a seguridade paga aposentadorias mesmo sem contrapartida contributiva; é possível aposentar-se antes dos 60 anos; e grande parcela dos benefícios é atrelada ao valor do salário mínimo.

Professor do Ibmecc/RJ, centro de excelência em economia, Sérgio

Guimarães Ferreira analisou 116 países. O texto "Sistemas previdenciários do mundo: sem almoço grátis" mostra que nos países desenvolvidos predomina o chamado "sistema de dois pilares": há uma base paga a todos, independentemente dos rendimentos na ativa, e o restante vai depender de quanto e por quanto tempo cada um contribuiu para o caixa.

Realidades previdenciárias

País	Gastos PIB	Contribuição (1)	Dependência (2)	Regras de aposentadoria
Brasil	7,9%	11% - 20%	6,1%	35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres
França	12,1%	6,65% - 9,8%	16,6%	60 anos de idade e 37,5 trimestres de contribuição
Alemanha	11,8%	9,75% - 9,75%	18,8%	60 anos de idade com 15 de contribuição. Para mulheres, o tempo de contribuição pode, a depender de condições, reduzir-se para 10 anos
Suécia	9,2%	7% - 11,91%	17,2%	61 anos de idade
EUA	4,4%	6,2 - 6,2%	12,3%	62 anos com 10 anos de contribuição
Reino Unido	4,3%	11% - 5,20%	16%	65 anos

(1) Segurado/Empregador

(2) Dependência previdenciária é índice de população com 65 anos ou mais sobre a população em idade ativa (15-64 anos)

Fontes: Banco Mundial, UK Social Security Administration e "Determinantes da Sustentabilidade e do Custo Previdenciário: Aspectos Conceituais e Comparações Internacionais", elaborado pelo economista Marcelo Abi-Ramia Caetano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Revisão de benefícios termina em novembro

O governo federal propôs, por meio da Lei 10.999/04, acordo para revisão dos benefícios previdenciários concedidos até fevereiro de 1994, que estavam com seus valores defasados por causa da aplicação incorreta de índices de reajuste. O prazo para pedido da revisão termina em novembro. A maioria dos pensionistas e aposentados até 1991 e entre 1994 e 1997 pode pedir a revisão. O número de benefícios prejudicados chegou a 1.883.148 de aposentadorias e pensões (não de segurados).

A revisão recalcula o salário de benefício original sobre os salários de contribuição anteriores a março de 1994, aplicando sobre eles 39,67% referentes ao Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) de fevereiro de 1994. O motivo da correção é um erro no cálculo inicial para concessão dos benefícios. Os interessados devem estes documentos: RG, CPF, extrato mensal ou anual do benefício, memória de cálculos do benefício previdenciário, relação dos salários de contribuição e a carta de concessão do benefício. Após alguns dias, ele será chamado para tomar conhecimento do resultado e dos procedimentos e prazos para receber os valores. Quase todos aposentados até 1991 têm direito à correção.

Quem tem direito?

Os aposentados e pensionistas que receberam os benefícios do INSS nos seguintes períodos:

- benefícios concedidos entre junho de 1977 e outubro de 1988: os salários de contribuição (base do recolhimento) eram atualizados pela Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) e, a partir de fevereiro de 1986, pela variação da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Em alguns meses, o INSS definiu índices diferentes da variação da ORTN ou da OTN para a correção dos salários de contribuição, o que diminuiu o valor da renda inicial. O reajuste no benefício pode ir de 1,3% a 63,03%, dependendo do mês de concessão.
- benefícios concedidos entre fevereiro de 1994 e fevereiro de 1997: no cálculo da renda inicial desses benefícios, o INSS adotou o índice de 15,12% para o mês de fevereiro de 1994, quando deveria ter usado o Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) de 36,97%. O reajuste no benefício pode atingir até 50%.

Quem não tem direito à revisão?

Aposentados e pensionistas que recebem um salário mínimo. Aposentados e pensionistas por incapacidade física. Aposentados e pensionistas ex-combatentes, ex-ferroviários. Aposentados e pensionistas de anistiados. Aposentados e pensionistas trabalhadores rurais. Quem já tem processo em andamento na Justiça Federal.

Quem procurar?

- Previdência Social (ligue 135 para agendar atendimento; site: www.previdenciasocial.gov.br).
- Cobap. Telefone (61) 3327-7313. Site: www.cobap.com.br.
- Sindnapi. Telefone (11) 3293-7500. Site: sindnapi.org.br



A partir da esquerda: Marco Raupp, da SBPC, Marco Zago, do CNPq, senador Wellington Salgado e Jacob Palis, da ABC

Cientistas pedem mais investimentos privados

Segundo especialista, deve haver maior estímulo à inovação dentro das empresas, já que 80% das pesquisas dependem das universidades

A elevação de investimentos em ciência e tecnologia deve ser acompanhada de maior participação do setor privado. Essa foi uma das principais observações do debate sobre o tema na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O Brasil investe cerca de 1% de seu produto interno bruto (PIB) na área, segundo o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Marco Antonio Zago. É o país latino-americano que mais dedica recursos ao setor tanto em termos relativos quanto absolutos. Mas 80% das pesquisas, ressaltou, estão nas universidades.

– Precisamos de mais pesquisa-

dores no setor produtivo – disse Zago, acompanhado na sugestão pelo presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antonio Raupp.

Segundo Raupp, houve avanços na integração da C&T com políticas de desenvolvimento. Ele também ressaltou a necessidade de maior atenção ao ensino básico para atrair jovens.

– Estamos preocupados, pois estão chegando as nuvens escuras da crise internacional.

É preciso que se estimule a inovação dentro das empresas – afirmou Raupp, que citou Petrobras, Embraer e Embrapa como exemplos.

O presidente da Academia Brasileira de Ciência (ABC), Jacob Palis,

advertiu para a necessidade de maior projeção internacional para os pesquisadores brasileiros. “O Brasil precisa ganhar um Prêmio Nobel”, afirmou, sugerindo mais investimentos na Amazônia.

Segundo o presidente do CNPq, o país forma cerca de 10 mil doutores por ano, 75% do total da América Latina. Porém, o número equivale ao de França e Espanha, com população menor. Ele observou que a principal ênfase da China está na formação de recursos humanos ligados à engenharia, enquanto no Brasil o setor ocupa o quinto lugar, atrás de medicina e agricultura.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), que pediu a realização do debate, defendeu a descentralização de recursos destinados à ciência e à tecnologia para que estados menores sejam beneficiados.

Casagrande pediu mais recursos para estados menores

Economia do conhecimento está associada ao desenvolvimento

De cada R\$ 1 pago em uma xícara de café, apenas R\$ 0,05 chegam às mãos de trabalhadores e cafeicultores. Os R\$ 0,95 restantes são divididos para pagar atividades como engenharia genética, processamento, *marketing* e “outras atividades baseadas no conhecimento”. Os números foram ressaltados pelo presidente do CNPq, Marco Antonio Zago.

Ele apresentou as prioridades

do governo, como a formação de recursos humanos, o apoio à inovação tecnológica nas empresas e o estímulo a setores como biotecnologia, nanotecnologia, biodiversidade e recursos naturais.

O presidente da SBPC, Marco Antonio Raupp, recorreu ao exemplo do Massachusetts Institute of Technology, um dos maiores centros de pesquisa dos Estados Unidos.

Caso as “empresas MIT”, que contam com a participação de pesquisadores ligados ao instituto, fossem consideradas como um só país, observou Raupp, elas seriam a vigésima quarta maior economia do mundo.

– Isso mostra quão acertado está o governo brasileiro ao associar a política de ciência e tecnologia à retomada do desenvolvimento no país – disse Raupp.

TRABALHO ESCRAVO

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) decidiu, a pedido do senador José Nery (PSOL-PA), realizar debate sobre o 2º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Os ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, entre outros, serão convidados.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Por sugestão das senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Fátima Cleide (PT-RO), a CDH também vai debater a violência contra a mulher e a aplicação da Lei Maria da Penha. Serão convidados representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; da Articulação de Mulheres Brasileiras, entre outros.

TRÊS DEBATES NA CE

A Comissão de Educação (CE) decidiu realizar três debates sobre: acesso ao Financiamento Estudantil (Fies) por alunos de instituições não avaliadas pelo Enade, primeira infância e cultura da paz e Sistema Nacional Público de Formação de Professores. Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriram, respectivamente, a realização dos debates.

Pecuaristas querem redução de tributos e crédito maior

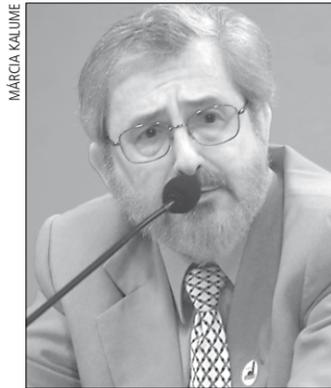
Em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre os problemas relativos à cadeia produtiva de aves e suínos, representantes do setor reivindicaram a desoneração tributária, com isenção das contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para o Programa de Integração Social (PIS) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações do agronegócio. Eles também pediram mais crédito para capital de giro e para linhas de exportação e mais atenção para as atividades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento destinadas à saúde animal.

O presidente da CRA, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), afirmou que o setor dispõe de

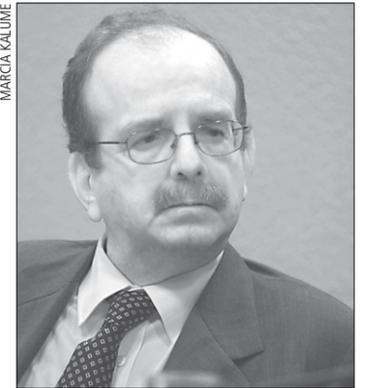
tecnologia de ponta e produtividade alta. O país, observou, tem condições de tornar-se o maior produtor e exportador de produtos agrícolas e pecuários do mundo.

Neuto de Conto pediu um mapeamento para recuperar áreas degradadas, estimadas em 30 milhões de hectares. Além disso, há 90 milhões de hectares de cerrado, que podem ser usados para avançar a fronteira agrícola do país, disse.

O deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) informou que os grãos de milho e soja consumidos pelas aves e suínos são taxados, enquanto soja e milho são isentos de PIS, Cofins e ICMS quando se destinam ao mercado externo, para aves e suínos criados em outros países.



Condições de competitividade para a produção de suínos e aves foram defendidas por Rubens Valentini e ...



... Pedro de Camargo Neto, presidentes de associações de produtores e industriais do setor

Preço de milho e soja para ração e a saúde animal preocupam produtores

Para Rubens Valentini, presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos e da Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), a primeira preocupação deve ser com a alimentação, especialmente o milho, e a saúde animal.

Valentini disse, ainda, que o Brasil é o primeiro produtor e segundo exportador de aves e quarto maior produtor de suínos, exportando 3 milhões de toneladas anuais de carne suína, principalmente para a Rússia.

Para Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora

e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), liberar crédito para o plantio de soja e milho (insumos básicos para a produção suína e aviária) é urgente, porque “ou se planta agora ou não se planta mais”. Segundo ele, o governo precisa usar suas reservas para emprestar aos produtores. Ele lembrou que houve uma maxidesvalorização do real e que, por isso, há campo para aumentar a exportação, a renda e o emprego.

Fabiano Coser, assessor da ABCS, também defendeu menos impostos e aumento do crédito.

Setor avícola emprega 5 milhões e tem 44% do mercado internacional

Francisco Turra, presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (Abef), registrou que há 5 milhões de empregos na avicultura, que movimentam US\$ 7 bilhões anuais, com exportações para mais de cem países.

Para ser mais competitivo, disse, o Brasil precisa desonerar os alimentos, como no Reino Unido e na França.

– Isso geraria mais arrecadação, através da expansão dos

negócios. Está faltando crédito para exportadores. De nada adianta anunciar linhas de crédito. É preciso anunciar e fazer acontecer – disse Turra.

Segundo Ariel Antonio Mendes, presidente da União Brasileira de Avicultura (UBA), o Brasil tem 44% do mercado de carne de aves. Segundo ele, o setor é auto-suficiente porque produz milho e frango, viabilizando a pequena propriedade, mantendo o trabalhador no campo.

meio ambiente

Redução na emissão de gases deve ser de 80%

Meta foi defendida pelo especialista Martin Parry durante debate na Comissão de Meio Ambiente. Para ele, Brasil deve assumir liderança

O pesquisador e membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) Martin Parry convocou o Brasil a defender a meta de 80% para a redução da emissão de gases, inclusive por Estados Unidos e China, até 2050, na Conferência Mundial sobre

Mudanças Climáticas.

O pedido veio no debate que discutiu as mudanças climáticas na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O percentual a ser aprovado pela conferência – em dezembro de 2009 – será adotado no novo acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto a partir de

2012. Na opinião de Parry, só a meta de 80% evitará impactos mais prejudiciais, como severa restrição de água. Ele informou que as emissões continuam crescendo, o que resultará no aumento da temperatura entre 1,5 e 4,5 graus centígrados até 2100.

Parry disse que os países devem começar a “desenvolver trilhas de desenvolvimento para garantir a vida no futuro”, como matrizes energéticas limpas e renováveis.

Também membro do IPCC, Antônio Rocha Magalhães defendeu políticas públicas para o Nordeste visando enfrentar as fortes mudanças climáticas na região, que pode sofrer desertificação.

O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Carlos Afonso Nobre afirmou que as políticas públicas devem buscar a redução da emissão de gases, a adaptação às mudanças climáticas e a prevenção de doenças como dengue e leptospirose.

FOTOS: JOSÉ CRUZ



A partir da esq.: Rovaris, da Contag; Dossa, do Ministério da Agricultura; senadores Quintanilha e Neuto de Conto; e Mauro Pires, do Ministério do Meio Ambiente



Antônio Rocha Magalhães, membro do IPCC, senador Inácio Arruda, Martin Parry, do IPCC, e Carlos Afonso Nobre, do Inpe, debatem mudanças climáticas na CMA

Garibaldi: é preciso avançar e sem devastação

Ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou da abertura da Conferência Mundial ECO 2008, que vai discutir políticas públicas ambientais capazes de garantir paz e tranquilidade ao planeta.

Garibaldi disse que é possível compatibilizar obras públicas com preservação ambiental. De acordo com ele, a licença ambiental, freqüentemente, demora

por excesso de burocracia.

– No Brasil, joga-se com isso como se houvesse incompatibilidade. Apelo a todos que têm responsabilidade. Vamos procurar construir, avançar e, ao mesmo tempo, preservar.

O senador lembrou que a Constituição tem um capítulo inteiro dedicado ao assunto, mas lastimou que o Brasil não tenha uma cultura de obedecer às leis.

– Já deveríamos ter aprovado mais inovações e mudanças que

propiciassem maiores cuidados com a natureza. No Senado e na Câmara, contudo, há a preocupação de oferecer o exemplo. A programação da TV Senado é bastante voltada para esse assunto.

Encerrada na sexta-feira, a ECO 2008 buscou posicionar o Brasil como centro das discussões mundiais concernentes à promoção da paz, à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável do planeta.

ISENÇÃO DE IPI

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou, por proposta do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), pedido de informações ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o valor da renúncia fiscal decorrente da proposta que amplia a lista de produtos beneficiados pela isenção de IPI na Amazônia Ocidental.

BASES MILITARES

Uma comitiva integrada por cinco senadores e 19 deputados federais foi conhecer o trabalho desenvolvido pelo Exército na Amazônia. Em Manaus, os parlamentares estiveram no Comando Militar da Amazônia e no Centro de Instrução de Guerra na Selva. Nos municípios de Tefé e Tabatinga, a comitiva irá visitar os pelotões de fronteira.

ambiente legal

Consumo exige mais do que a Terra dispõe

Caso se mantenha o modelo atual de consumo e degradação ambiental, poderá ocorrer um colapso a partir de 2030, quando a demanda pelos recursos naturais alcançará o dobro do que a Terra pode oferecer. A advertência é do relatório *Planeta Vivo 2008*, publicação bianual da Rede WWF. O documento ressalta que é preciso zelar o desmatamento na Amazônia e utilizar de forma sustentável a floresta.

Limite para uma vida sustentável

Um dos índices medidos no *Planeta Vivo* é a Pegada Ecológica, que examina a demanda humana por recursos naturais. A média individual mundial é de 2,7 hectares por ano, quando o relatório recomenda 2,1 ha/ano por pessoa para que a biocapacidade do planeta garanta uma vida sustentável. A média brasileira já supera este patamar: está em 2,4 ha/ano.

O potencial da energia renovável

O investimento em massa em energias renováveis pode gerar uma indústria com faturamento anual de US\$ 360 bilhões (R\$ 800 bilhões), segundo estudo apresentado pelo Greenpeace em Berlim. A indústria de energias renováveis forneceria metade da eletricidade mundial, além de minimizar o aquecimento global.

Batatas na luta contra a fome

As batatas podem ter um papel importante na busca de solução para a crise de alimentos. Especialistas estão, conforme reportagem do jornal *The New York Times*, cada vez mais convencidos de que a batata deve contribuir de modo bem mais relevante para a alimentação no mundo em desenvolvimento.

Remédios para evitar possível crise

Dentre as soluções para conter uma possível crise ambiental, afirma o WWF, estão a diversificação da matriz energética, o aumento dos investimentos em infra-estrutura sustentável (como a criação de modelos habitacionais baseados em melhor uso de água, energia e solo), o incentivo aos meios de transporte coletivos (tornando-os mais eficientes, menos poluentes e mais confortáveis), além da conservação de áreas verdes em grandes centros urbanos.

eleições

Kátia Abreu faz alerta para futuros prefeitos

Muitos começarão seus mandatos diante de dificuldades, em decorrência da desaceleração da atividade econômica no país, reflexo da crise, diz senadora

Em decorrência da desaceleração da atividade econômica no país como reflexo da crise financeira internacional, os prefeitos que se elegeram na última eleição deverão enfrentar problemas financeiros nos próximos anos, alertou Kátia Abreu (DEM-TO).

Na avaliação da senadora, a diminuição certa do ritmo do produto interno bruto (PIB) brasileiro e a redução das vendas no país vão impactar as receitas de impostos, prejudicando as principais receitas das prefeituras: os repasses do Fundo de Participação dos Municípios e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS), além de outros tributos municipais.

– Muitos que se elegeram agora, com vontade de trabalhar, vão, infelizmente, começar os seus mandatos diante, talvez, das maiores dificuldades pelas quais as prefeituras poderão passar.

Kátia Abreu salientou que não crescer 5,5% em 2009, como era previsto antes da crise, mas 3,5%, como é esperado agora, ocasionará também uma diminuição na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda, importantes para os caixas das prefeituras.

A senadora criticou ainda o governo federal por não haver se preparado adequadamente, em sua avaliação, para enfrentar crises financeiras globais. Para ela, o governo não poderia ter deixado de realizar importantes reformas, tais como a política, a tributária, e a administrativa.

Kátia Abreu manifestou também preocupação com dados



Diminuição do ritmo do PIB e redução das vendas vão impactar as receitas de impostos, afirma Kátia Abreu

divulgados pelos produtores de fertilizantes e defensivos relativos à diminuição da demanda por esses produtos, que deverá se refletir na redução da produção agrícola e, conseqüentemente, da renda interna no país. Em apartes, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) apoiaram o pronunciamento.

Colombo quer mais discussão da reforma política

De volta ao Senado depois de quatro meses licenciado, Raimundo Colombo (DEM-SC) relatou ter percorrido todos os 293 municípios de Santa Catarina durante a campanha eleitoral para o pleito deste ano, por ser presidente estadual do seu partido.

– Entendo que é na eleição municipal que verdadeiramente fazemos um partido. Nas eleições,

consolida-se a ideologia, faz-se a escolha e, sobretudo, dá-se a oportunidade do surgimento de novos líderes e inicia-se o processo da mudança do modelo político, que precisa ser, de fato, mudado e alterado profundamente – afirmou.

Para ele, o país ainda precisa avançar na discussão de questões como o voto distrital, o financiamento público de campanhas e

a proibição de coligações partidárias em eleições proporcionais. Quanto à crise financeira mundial, Colombo disse que já passa da hora de o governo tomar algumas providências, como a redução dos gastos e a efetivação da reforma tributária.

Em aparte, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) deu as boas-vindas ao colega.

Senado aprova pesar pela morte de deputado

O Senado aprovou requerimento de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) por voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família do deputado federal Max Rosenmann (PMDB-PR), falecido no dia 25 de outubro, aos 63 anos.

Advogado e empresário do ramo de jóias, Rosenmann exercia o sexto mandato consecutivo como deputado e foi vítima de um acidente vascular cerebral (AVC). A vaga do deputado será ocupada pelo suplente André

Zacharow (PMDB-PR).

Mesquita Júnior destacou que Rosenmann fazia parte da representação brasileira no Parlamento do Mercosul. “Era um grande parlamentar, distribuía alegria e bom humor por onde andava”, disse.

Aloizio Mercadante (PT-SP), Marisa Serrano (PSDB-MS), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Flávio Arns (PT-PR) também

solicitaram voto de pesar.

– Tive convivência muito afetuosa com o deputado no Mercosul – disse Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que, assim como Gerson Camata (PMDB-ES), associou-se aos votos dos colegas.

Eduardo Azeredo apresentou voto de pesar pelo falecimento, em 1º de outubro, de Gilberto de Andrade Faria, presidente do Grupo MinasMáquinas e da Rede Alvorada de Comunicação. Faria dirigiu o Banco da Lavoura de Minas Gerais, foi deputado estadual e federal.

João Durval comemora reeleição do filho em Salvador

Ao destacar a vitória de seu filho na eleição para a prefeitura de Salvador, o senador João Durval Carneiro (PDT-BA) disse que “este é um momento muito especial, porque é a comemoração de um pai orgulhoso”. João Henrique Carneiro (PMDB), que é o atual prefeito da cidade, foi reeleito em segundo turno no último dia 26.

Sobre o presidente Lula, o senador disse que “ele soube manter distância e reserva durante a campanha [à prefeitura de Salvador], quando estavam na disputa dois candidatos de sua base política”. O adversário de João Henrique no segundo turno foi o deputado federal

Walter Pinheiro (PT-BA).

– A atitude do presidente não nos surpreendeu, porque é o que se espera de um estadista – declarou.

O senador também agradeceu ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, “que desde o princípio acreditou no projeto de reeleição de João Henrique”.

João Durval afirmou ainda que a aliança política em Salvador, visando ao segundo turno, uniu em torno de um mesmo candidato os três senadores da Bahia, “o que é fato incomum nesta Casa”: ele próprio, Antonio Carlos Júnior (DEM) e César Borges (PR).

Paim: PT vai governar mais cidades gaúchas

O senador Paulo Paim (PT-RS) homenageou 61 prefeitos, 68 vice-prefeitos e 519 vereadores eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul no último pleito, “com as políticas de aliança”, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre e no Vale do Rio dos Sinos, às margens da BR 116. – Pela importância social, cultural e econômica dessas duas regiões, nós já estamos chamando esse traçado de vitórias de “o caminho das estrelas” – afirmou Paim. O parlamentar registrou que, com esse resultado nas urnas, o PT cresceu 48% no estado, passando a governar 1.842.495 eleitores como chefe do Executivo.

Mão Santa relata problemas com poços no Piauí

Os problemas enfrentados pela população do Piauí, que sofre com a falta de água, deixam o senador Mão Santa (PMDB-PI) estupefocado, segundo relatou. De acordo com ele, cerca de 6.500 poços de abastecimento de água, localizados no interior do estado, ou estão desativados ou não funcionam por falta de energia elétrica, necessária para o bombeamento da água.

– Tais fatos mostram, claramente, que o governo do PT está podre, principalmente no Piauí – disse o senador, que conclamou a população a se unir e retirar o atual governo do poder por meio do voto nas próximas eleições.

Cristovam propõe mobilização por piso salarial dos professores

Cristovam Buarque (PDT-DF) conclamou o Congresso e a sociedade a empreenderem uma “guerra santa” para defender a lei que fixou em R\$ 950 o piso salarial nacional para os professores. O senador manifestou sua indignação diante da ação direta de inconstitucionalidade que os governadores do Ceará, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul impetraram no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a nova lei.

Segundo o parlamentar, a lei foi aprovada, quase por unanimidade, na Câmara dos Deputados e no Senado e, posteriormente, sancionada pelo presidente Lula.

– Quem é contra essa lei deve ter aversão às crianças e desprezo pela educação, e não entende que somente por meio de uma melhor educação o Brasil poderá chegar ao pleno desenvolvimento que todos desejamos – disse Cristovam.

DESEMPENHO DO PT

João Pedro (PT-AM) comemorou o desempenho do PT nas eleições municipais deste ano. Com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o senador disse que o PT foi o segundo partido que mais recebeu votos (mais de 16,3 milhões), atrás apenas do PMDB (mais de 18 milhões).

PREFEITURAS DO PMDB

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), comemorou o crescimento do número de prefeituras conquistadas por seu partido nas eleições municipais deste ano. O senador informou que o PMDB passou de 1.059 prefeitos eleitos em 2004 para 1.203 nas eleições de 2008.

PCDOB NAS ELEIÇÕES

Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou o crescimento do seu partido nas últimas eleições e também o fortalecimento das legendas da base do governo do presidente Lula. Nas últimas eleições, em 2004, o PCdoB elegeu dez prefeitos, e agora, 40, em municípios como Olinda (PE) e Aracaju.

PSDB NO AMAPÁ

Papaléo Paes (PSDB-AP) ressaltou o resultado das eleições no Amapá. O seu partido, informou, elegeu prefeitos em dois dos 16 municípios do estado (Vitória do Jari e Cutias) e integra a coligação vencedora em mais cinco municípios, entre os quais a capital, Macapá.

PR NA BAHIA

César Borges (PR-BA) fez um balanço dos resultados obtidos pelo seu partido na Bahia, nas últimas eleições, ressaltando que o PR conquistou 10% das prefeituras, passando a comandar, a partir de 2009, 41 municípios. O PR também indicou o vice-prefeito eleito em Feira de Santana.

PREFEITOS

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e o prefeito eleito da capital fluminense, Eduardo Paes, visitaram o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e o Plenário na última quarta-feira. Prefeitos eleitos de cidades do interior, como a de Natal, Mícarla de Sousa, também estiveram em Plenário.

institucional



FOTOS: LEOPOLDO SILVA

Lúcia Vânia (E), Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara, e Flávio Arns durante evento sobre saúde ocular ocorrido no Senado

Senado sedia 3º Fórum de Saúde Ocular

Participantes discutiram a nova Política Nacional de Atenção em Oftalmologia e sugeriram formas de fomentar o transplante de córnea

O Conselho Federal de Oftalmologia, em parceria com o Senado, a Câmara e o Ministério da Saúde, realizou na quinta-feira, no Auditório Petrônio Portela, a cerimônia de abertura do 3º Fórum Nacional de Saúde Ocular. Com o objetivo de discutir a operacionalização da nova Política Nacional de Atenção em Oftalmologia e fomentar a elaboração e a adoção de programas que possam oferecer soluções para o problema da captação e do transplante de córneas, o fórum foi programado principalmente para os

gestores de saúde e responsáveis pelos principais serviços de oftalmologia no Brasil.

A senadora Lúcia Vânia (PS-DB-GO), que propôs a realização do fórum no Senado – a Casa sediou a primeira edição do encontro, em 2001 –, reconheceu a “extrema importância” desse projeto para a discussão de questões voltadas para oftalmologia e, principalmente, de técnicas de prevenção de doenças. E lembrou ainda que o Senado tem discutido, principalmente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), diversos temas relativos à saúde.

– O Senado se sente honrado em abrigar este fórum que é de grande importância para a saúde pública do país e especialmente para aqueles que mais necessitam – declarou a senadora.

Também presente ao fórum, Flávio Arns (PT-PR) disse acreditar que um evento dessa natureza significa um momento muito importante para discussão, reflexão e tomada de posições em relação à saúde ocular. Assim como Lúcia Vânia, ele alertou sobre a necessidade de haver um programa de prevenção de doenças oculares.

Rosalba Ciarlini comemora 20 anos de criação do SUS

Os 20 anos de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição de 1988, foram saudados em Plenário pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que aproveitou para defender o fortalecimento do sistema.



Rosalba Ciarlini

Rosalba lembrou que, antes de 1988, a saúde não era reconhecida como um direito social e a assistência médica estava a cargo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). O atendimento,

frisou a senadora, era apenas para os trabalhadores que contribuíssem com a Previdência, ficando os demais restritos à assistência prestada por entidades filantrópicas. Para ela, a criação do SUS representou uma vitória na luta pela universalização da saúde.

– Sabemos o quanto foi importante, após longa luta dos profissionais de saúde, a adoção de um sistema único de atendimento, garantindo o acesso a todos os brasileiros – afirmou.

CONCURSO DE REDAÇÃO

Foram escolhidos na terça-feira as três primeiras colocadas, entre as 26 redações finalistas, do 1º Concurso de Redação do Senado, com o tema A Bandeira Nacional. O primeiro lugar foi obtido por Ana Clara Ferreira, estudante do Paraná. O segundo colocado foi Douglas Mercier, do Espírito Santo; e o terceiro, Maíke Wilian Fialho, de Minas Gerais.

SEGURIDADE SOCIAL

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse durante a abertura do seminário “A Reforma Tributária e os 20 Anos da Seguridade Social”, que os constituintes acertaram ao criar um sistema próprio de seguridade. Para ele, a conquista resultou de ampla mobilização social e da sensibilidade dos parlamentares.

presidência

Garibaldi recebe comenda do conselho de policiais e corpos de bombeiros

Acompanhado de oficiais de vários estados brasileiros, o presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, coronel Edson Costa Araújo, homenageou, na última quinta-feira, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, com uma comenda e um diploma da instituição.

O presidente do Senado disse compartilhar das preocupações dos bombeiros e policiais militares de garantir segurança para a população. E elogiou a iniciativa do conselho de reunir seus integrantes em Brasília para trocar informações sobre formas de melhorar a segurança no país.

1% PARA O ESPORTE

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu na quarta-feira passada o ministro do Esporte, Orlando Silva, que pede a destinação de 1% do Orçamento da União de 2009 ao ministério. Durante a audiência, Garibaldi telefonou para o relator do Orçamento, senador Delcídio Amaral (PT-MS), colocando-o para ouvir as reivindicações do ministro, que estava acompanhado de atletas. Garibaldi disse esperar que o percentual seja aprovado.

COMUNICAÇÃO

O deputado Geraldo Magela (PT-DF) esteve com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, na quinta-feira passada, para pedir a nomeação dos novos integrantes do Conselho de Comunicação Social, já que os mandatos dos últimos conselheiros terminaram em 2006. O conselho é um órgão de assessoramento do Congresso para as questões de mídia e comunicação. Ele estava acompanhado de representantes da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abrado).

ESTATUTO DO VIGILANTE

Acompanhado de representantes de associações de vigilantes, o senador Paulo Paim (PT-RS) foi ao gabinete do presidente do Senado, Garibaldi Alves, pedir pressa na deliberação de projetos de interesse da categoria, em especial o Estatuto do Vigilante. Garibaldi reconheceu que os vigilantes atuam numa área de alto risco e prometeu esforços para ver os projetos votados no Senado e na Câmara dos Deputados.

HOMENAGEM

A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) entregou a Garibaldi Alves e ao senador Paulo Paim (PT-RS) placas em reconhecimento à luta pela aprovação de iniciativas legislativas em favor dos beneficiários da Previdência. A cerimônia aconteceu na última quarta-feira, no gabinete da Presidência. Na ocasião, Paim afirmou que dois de seus projetos (PLS 58/03 e PLC 42/07), poderão beneficiar 45 milhões de brasileiros.

Simpósio sobre auditorias discute o controle das obras públicas

A busca de integração entre os órgãos públicos para garantir mais eficiência e controle da administração sobre os gastos é o principal objetivo do XII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas, a ser realizado no Auditório Petrônio Portela, no Senado, de 3 a 7 de novembro, organizado pelo Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas.

O evento terá a participação de

Garibaldi Alves; da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; do ministro da Controladoria Geral da União, Jorge Hage; e do ministro do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz. Especialistas de diversos setores da administração pública apresentarão painéis e participarão dos debates. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Renato Casagrande (PSB-ES) farão conferências.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

As eleições nos EUA e os reflexos no Brasil

Programa da Rádio Senado debate com senadores e especialistas as conseqüências da escolha entre Barack Obama e John McCain

Os americanos decidem nesta terça-feira quem será seu novo presidente: o democrata Barack Obama ou o republicano John McCain.

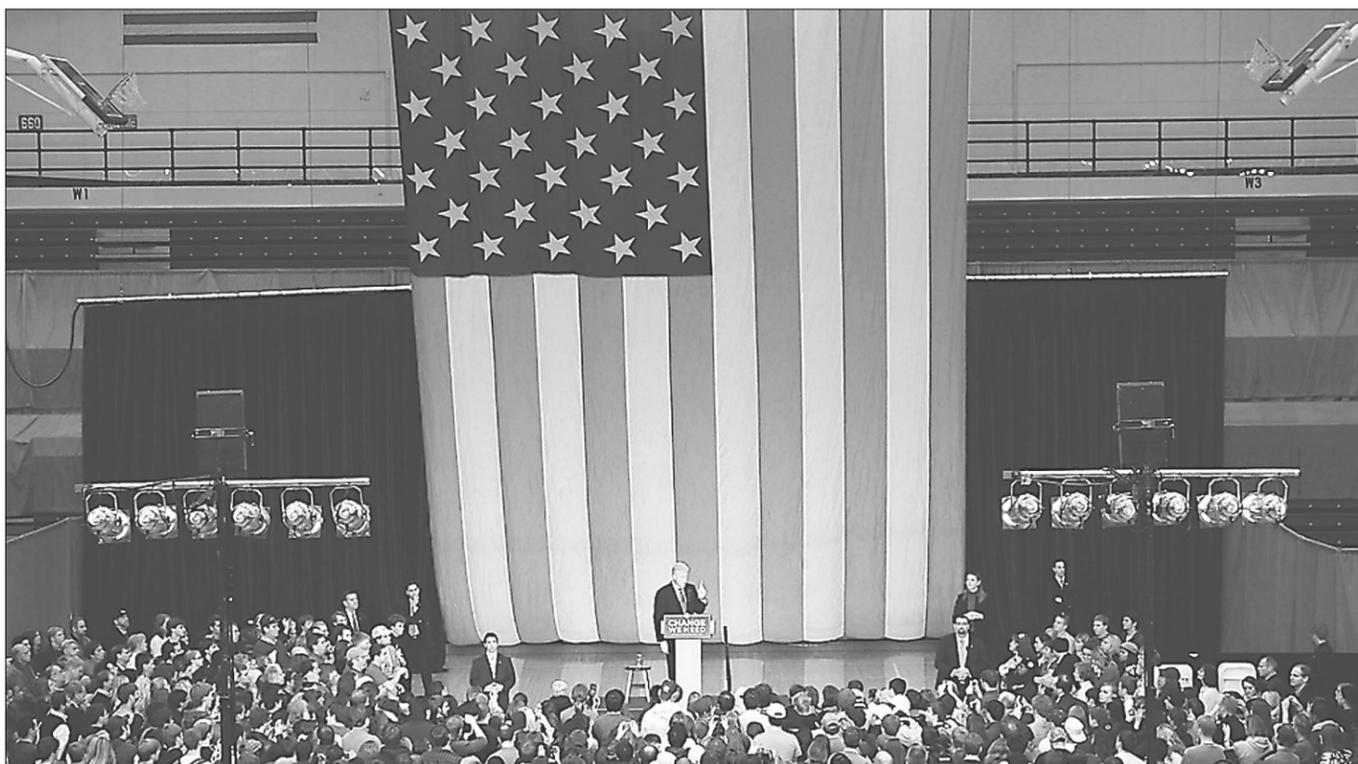
Quais as conseqüências dessa escolha para o mundo e para o Brasil em particular? E quais as peculiaridades do processo eleitoral americano? O *Conexão Senado* conversa sobre o assunto com senadores e especialistas.

Na última quinta-feira, a palestra "Eleições 2008: o processo eleitoral dos EUA em perspectiva" reuniu representantes da Embaixada dos Estados Unidos no Interlegis. As explicações sobre o complexo processo que leva à eleição do presidente naquele país foram dadas pelo primeiro e terceiro secretários da Seção Política da embaixada em Brasília, Dale Prince e Randy Johnson.

Dale Prince disse que o sistema utilizado nos Estados Unidos surgiu logo após a independência, acrescentando que um processo tão longo justifica-se pelo regime federalista dos Estados Unidos, em que o poder maior de decisão concentra-se nos estados, que são independentes.

Randy Johnson falou sobre a biografia de John McCain, senador pelo estado do Arizona, e Barack Obama, senador por Illinois.

Senado FM e OC: segunda-feira, 03/11, às 12h
Internet: segunda-feira, 03/11



O ex-presidente Bill Clinton em discurso de apoio ao candidato democrata Barack Obama, que é apontado nas últimas pesquisas eleitorais como favorito ao cargo

Conheça os limites da atividade policial

O Ministério Público do Distrito Federal lançou uma cartilha para orientar a população no relacionamento com as forças policiais. A idéia é fazer a sociedade conhecer os limites da atividade policial e evitar os abusos. O programa *Fique por Dentro da Lei* terá a participação do promotor público Tiago Pierobom, um dos organizadores da cartilha.

Senado FM e OC: terça-feira, 4/11, às 08h30
Internet: terça-feira, 4/11

Canais digitais para emissoras públicas

A Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara aprovou proposta que garante a designação de oito canais da TV digital (com 6 MHz cada) para a radiodifusão de sons e imagens do Senado, Câmara, Supremo Tribunal Federal, Executivo (um para a TV pública e outro para a divulgação de atos do Poder Executivo) e ainda para canais de Educação, Cultura e Cida-

nia. O deputado Jorge Bittar (PT-RJ), autor do substitutivo ao PL 277/07 e a outros quatro projetos que tramitam apensados, disse que está prevista a possibilidade de compartilhamento dos canais do Senado e da Câmara com outras instituições para veicular programação das assembleias legislativas estaduais, da Câmara Legislativa do DF e das câmaras municipais.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Vídeo Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

voz do leitor

Bancada ruralista

Os parlamentares que compõem a bancada ruralista no Congresso Nacional só pensam no desenvolvimento agrário, não se importando com a sustentabilidade. A floresta já foi nocauteada por três vezes, quando perdeu seus mais ilustres defensores: Chico Mendes, a missionária Dorothy Stang – que foram mortos por defenderem a sustentabilidade –, e a senadora Marina Silva, que deixou o Ministério do Meio Ambiente. A saída de Marina Silva da pasta deixou o Brasil em xeque no mundo e tomou dimensões planetárias, pois todos pensavam que o presidente Lula iria dar uma atenção especial às questões ambientais, o que não foi feito. Com a globalização e o consumismo desenfreado estamos sofrendo e iremos sofrer muito mais com as mudanças climáticas.

Eduardo Amorim Silva, de Teófilo Otoni (MG)

Roubo de carros

Nobre senador Mozarildo Cavalcanti, a fim de evitar o roubo de carros, sugiro que sejam criadas leis que permitam aos policiais rodoviários exigir de todo motorista a apresentação de autorização do proprietário para dirigir o veículo. Na falta desse documento, o carro deve ser apreendido e só será entregue ao proprietário mediante pagamento de multa. Deve-se, ainda, verificar a ficha do condutor, que, eventualmente, pode ser um ladrão que vai levando o veículo para vender em desmanches ou para o Paraguai, com o objetivo de trocá-lo por armas ou drogas. Acredito que essa medida vai trazer sossego a muitos brasileiros de bem e levar para a cadeia muitos bandidos que hoje estão soltos e infernizando a vida dos outros.

Heitor Pereira, de São João Batista (SC)

Pedofilia na internet

De que vale apreender material ligado à pedofilia se os consumidores e propagadores desse mal inclassificável permanecem plugados na rede? De que vale um guerreiro diante de um batalhão de burocratas subservientes a um sistema excludente cognominado Justiça?

José Cabral da Fonseca Júnior, de Primavera (PE)

Proteção de animais

A Lei Arouca é uma afronta aos protetores dos animais, pois não protege os animais, pelo contrário, tira proteções que já lhes eram garantidas por leis anteriores. Os parlamentares deveriam ter votado contra essa lei, que é um retrocesso à dignidade humana e um problema para os seres que dependem de nós.

Bruna Cavalcante Blanco, de Americana (SP)

Lei Seca

Que interessante! Após a entrada em vigor da Lei Seca e dos pedágios nas rodovias, os acidentes desapareceram dos jornais e telejornais, das TVs aberta e paga. Antes, eram só acidentes nos noticiários. Agora, parece que não ocorrem mais acidentes no Brasil.

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

Cara nova

Parabéns à mudança na impressão do **Jornal do Senado**. Adorei! Ficou com 'cara' de jornal e mais agradável de ler. Além de estar coerente com o assunto da reportagem, tem tudo a ver com o ideal de preservação do meio ambiente. Fiquei orgulhosa de ser assinante deste jornal.

Ana Paula Ferreira de Medeiros da Silva, de São João Del Rei (MG)

frases



Tem crise? Tem. É grave? É. Mas não sejamos os propulsores do pânico no Brasil. Temos de orar, vigiar e atuar para passar a crise, como o Brasil merece, porque fez o dever de casa

Ideli Salvatti, que citou números positivos sobre produção, emprego e renda no país para combater previsões ruins para o Brasil.

Muitos que se elegeram com vontade de trabalhar vão começar os seus mandatos diante, talvez, das maiores dificuldades pelas quais as prefeituras poderão passar

Kátia Abreu, alertando os prefeitos eleitos para os problemas financeiros que deverão enfrentar com os reflexos da crise.

A crise financeira internacional fez com que os países capitalistas mais ricos colocassem o neoliberalismo na lata de lixo

Inácio Arruda, comentando a falta de saída para o sistema financeiro norte-americano, a não ser recorrer ao Estado.

Um debate entre propostas vazias foi o debate que vimos para as prefeituras e câmaras de vereadores, como se as cidades fossem independentes, isoladas do país e do mundo. Elas são partes integrantes e geradoras dos problemas dos países e do mundo, e também lugares onde podemos começar a construir alternativas

Cristovam Buarque, lamentando a ausência de temas como o meio ambiente e a desigualdade social não tenham sido discutidos nas eleições municipais.



Houve avanço em cima de uma lei que considero ruim. Não tem plástica que faça essa mulher ficar bonita

Arthur Virgílio, ao anunciar acordo para votação do chamado Projeto do Sacoleiro.

As pessoas que praticarem esse crime vão responder por dois delitos, pois milícia privada é uma quadrilha. Esse projeto é uma oportunidade de proteger a sociedade brasileira e tentar extirpar esse mal que infelizmente está proliferando

Demostenes Torres, comemorando a aprovação de projeto que tipifica crimes praticados por milícia privada.

Nunca antes se entrou tanto [no serviço público] pela porta larga da vadiagem, da malandragem

Mão Santa, que ao homenagear o Dia do Servidor Público criticou o preenchimento de cargos públicos sem a realização de concurso.



Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

pergunte ao senador

Resgatar o poder aquisitivo do aposentado é prioridade

"Por que a forma de aposentadoria do trabalhador rural é diferente da do trabalhador normal em relação à idade, já que a lei diz que todos são iguais perante a lei?" **Mauro Barbosa da Silva, Pindobaçu (BA)**

O senador **Mário Couto (PSDB-PA)** responde:

"A questão da diferença de idade de aposentadoria para o homem do campo e o da cidade não é relevante, diante da grande luta que estamos tendo para melhorar o que é pago hoje aos aposentados. Na verdade, prezado

Mauro, acredito que a legislação concedeu aposentadoria aos 55 anos ao trabalhador rural, pelo fato de, em geral, ele começar nessa atividade muito cedo e também pelas condições de trabalho adversas, debaixo do sol e exigindo grande esforço físico. Para enfrentar os problemas dos aposentados, tive a iniciativa de criar a Frente Parlamentar dos Aposentados, que tem grandes desafios neste momento. Passadas as eleições municipais, estamos pressionando a Câmara dos Deputados a votar e aprovar, em caráter de urgência, os dois projetos do senador Paulo Paim (PT-RS) que resgatam o poder aquisitivo dos aposentados e pensionistas brasileiros: o PLC 42/07, que estende às

aposentadorias e pensões o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo, e o PLS 296/03, que extingue o fator previdenciário no cálculo dos benefícios. Se essa etapa não der resultado, iremos então fazer uma vigília no Senado Federal. Caso a vigília também não surta efeito, a frente vai realizar a Marcha dos Aposentados em direção à Câmara e ao Palácio do Planalto. Nós não queremos tumultuar, mas estamos lutando para resolver, definitivamente, os problemas dos aposentados do país.



Reeducar a postura para viver melhor

Peso excessivo de bolsas ou mochilas, atividades profissionais sedentárias, abusos na prática de esportes e má postura adotada no dia-a-dia podem provocar sérios danos à coluna e dores no corpo. A reeducação postural global (RPG), método desenvolvido pelo físico e fisioterapeuta francês Philippe Souchart na década de 1980, vem apresentando resultados positivos para o tratamento de dores e deformidades ligadas a causas musculares e articulares. Conheça mais sobre a técnica nesta edição do *Especial Cidadania*.

Técnica foi criada a partir de estudo de biomecânica

A RPG surgiu em 1981, com o lançamento do livro *O campo fechado*, escrito por Philippe Emmanuel Souchart após 15 anos de pesquisa em biomecânica. Parte do princípio de que o corpo funciona em cadeias musculares, que interferem umas nas outras.

O fisioterapeuta Oldack Borges Barros, presidente da Sociedade Brasileira de RPG, explica que, quando existe dor ou tensão em alguma parte do corpo, todo o conjunto reage para compensar e a musculatura acaba se contraindo, curvando ou entortando. É aí que o método fisioterápico pode ajudar, pois a intenção é reeducar a postura e aliviar dores, que, assim como as deformações, são decorrentes de um encurtamento dos músculos, os quais estão todos interligados. Nas sessões de RPG, o tratamento é individualizado e tem como objetivo enrijecer e alongar a musculatura. As posturas nas sessões são feitas juntamente com exercícios respiratórios, sob a orientação do fisioterapeuta. O trabalho é executado em cima dos sistemas muscular, sensitivo e esquelético como um todo.

A técnica une três conceitos: individualidade (cada pessoa sente e reage de maneira diferente), causalidade (o fisioterapeuta não se limita a acabar com a dor, mas busca sua causa) e globalidade (trata a maior parte do corpo envolvida na doença). O método deve ser aplicado exclusivamente por fisioterapeutas que passaram por um curso de RPG ministrado por Philippe Souchart e sua equipe na França e em outros nove países, dentre eles o Brasil.



Sessão de RPG em São Paulo (SP): só fisioterapeutas formados pelo criador da RPG, Philippe Souchart, podem aplicá-la. O método identifica a origem dos vícios posturais e os corrige

Tratamento pode evitar cirurgias

Na primeira consulta com um RPGista (como é chamado o fisioterapeuta especializado no método), o paciente tem as zonas de seu corpo – cervical, ombros, dorsal, lombar, bacias, joelhos e pés – observadas nos mínimos detalhes. A partir de então, o profissional planeja seu trabalho em cima de oito posturas que serão executadas pelo paciente. Cada uma das posturas está focada em determinadas cadeias musculares e o objetivo é alongar os músculos que estão muito rígidos e fortalecer os que se encontram flácidos. Por isso, o paciente deve manter cada posição por cerca de 20 minutos.

Geralmente os pacientes são encaminhados para as sessões de RPG por indicação médica, mas há aqueles que buscam a técnica somente para reeducar a postura.

A prática pode até evitar cirurgias. Segundo o fisioterapeuta Oldack Barros, atualmente, apenas 1% das pessoas com hérnia de disco faz cirurgia. “Os outros preferem a RPG”, afirma. O tratamento tem sessões semanais que duram cerca de uma hora e com um preço que varia de R\$ 50 a R\$ 200 por sessão. Alguns convênios cobrem parcial ou totalmente a despesa.

Entre as doenças que podem ser tratadas com a RPG estão:

- Ortopédicas: pés planos e cavos, joelhos para fora ou para dentro, joanetes, escoliose (desvio da coluna), dores cervicais e dorsais
- Neurológicas: hérnias de disco e labirintite
- Reumatológicas: artrites, artrose, bursite e tendinite
- Respiratórias: asma e bronquite
- Somáticas: estresse, distúrbios circulatórios e digestivos
- Ocular: estrabismo

RPG reduz dor de forma rápida e definitiva, revela estudo

Segundo pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a RPG reduz com mais rapidez e de forma definitiva a dor nas costas, geralmente causada pela má postura, se comparada à fisioterapia tradicional, que trata apenas o local lesionado.

“A RPG procura corrigir a postura e exercitar todos os grupos musculares, em vez de tratar somente a dor local-

izada”, explica o fisioterapeuta Sandro Rogério dos Santos, autor de um estudo que avaliou 40 pacientes com dor lombar crônica. De acordo com a pesquisa, 70% das pessoas tratadas com a RPG relataram diminuição da dor após a décima sessão, enquanto apenas 40% dos pacientes submetidos à fisioterapia convencional conseguiram resultado semelhante.

Sandro analisa ainda que as mulheres podem se adaptar melhor à RPG. O tratamento exige que o paciente se mantenha imóvel na postura correta para disciplinar o corpo e o fisioterapeuta fica ao lado, corrigindo qualquer pequeno desvio da postura original. “As mulheres se dão muito melhor. Elas se abrem mais e o tratamento evolui mais depressa”, afirma.

Método é praticado por mais de 10 mil fisioterapeutas em nove países

A RPG é atualmente praticada por mais de 10 mil fisioterapeutas em todo o mundo, e nove países já contam com associações filiadas à Fundação Internacional de RPG, sediada na França.

No Brasil, mais de 3 mil profissionais adotam o método. Os cursos básicos de RPG são ministrados em três fases: duas de dez dias e a última de cinco dias, totalizando uma carga horária de 300 horas/aula.

A técnica é indicada para pessoas de todas as idades e para a maioria dos problemas que afetam os músculos e os

ossos, como, por exemplo, as lesões por esforço repetitivo (LER). É também utilizada como ferramenta de prevenção dos processos degenerativos articulares.

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito) reconhece os cursos dos Institutos Philippe Souchart, localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Os institutos oferecem ainda aos fisioterapeutas cursos avançados de RPG nas seguintes áreas: patologias articulares; escoliose; parto; patologias cervicais; interpretação de radiografias; esporte;

reatualização dos conhecimentos práticos.

Também são ministrados cursos de anatomia palpatória (para facilitar o reconhecimento das estruturas ósseas, articulares, dentre outras); patologias mecânicas dos olhos; *stretching* global ativo (orienta atletas para treinos esportivos e é aplicado na prevenção das lesões relacionadas às atividades repetitivas). Além do Brasil, existem associações de RPG na Argentina, na Bélgica, no Canadá, na Espanha, na Itália, em Luxemburgo, em Portugal e na Suíça.

Saiba mais

Sociedade Brasileira de RPG

Rua Geórgia, 210 –
Brooklin
São Paulo (SP)
CEP 04559-010
(11) 5044-0940
www.sbrpg.com.br
(no link 'rpgistas associados' é possível acessar a lista de profissionais aptos a aplicarem a RPG no país)

Institutos Philippe Souchart

Rua Conselheiro
Ramalho, 516
Bela Vista
São Paulo (SP)
CEP 01325-000
(11) 3266-9133
ipsrpg@gmail.com
Rua Getúlio das Neves,
19
Jardim Botânico
Rio de Janeiro (RJ)
CEP 22461-210
(21) 2266-5964
ipsrpgrio@gmail.com